

REGINA PHALANGE

EVOLUÇÃO RECENTE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.

CATEGORIA: ECONOMIA PURA E APLICADA.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada disso seria possível, sem o qual não teria a determinação, força de vontade e paciência que a execução de um trabalho acadêmico exige.

Agradeço também a toda minha família, que com muito carinho e compreensão me apoiou incondicionalmente na busca pela realização do sonho de finalmente me tornar uma economista.

Ao professor _____ pela paciência, compreensão, estímulo e orientação sem os quais a conclusão deste trabalho não seria possível.

E por fim, aos meus queridos amigos, que de uma forma ou de outra me auxiliaram a chegar ao fim desta etapa tão importante de minha vida.

“O país onde o comércio é mais livre será sempre o mais rico e próspero, guardadas as proporções.”

Voltaire

RESUMO

A evolução recente das exportações brasileiras e seus impactos na economia.

O principal objetivo deste trabalho consiste na análise da evolução recente das exportações brasileiras e seus reais impactos na economia. Para o alcance desse objetivo, primeiramente fez-se uma retomada teórica das principais correntes sobre comércio exterior e desenvolvimento. Posteriormente, os dados do comércio internacional brasileiro de 2000 a 2009 foram analisados de diferentes maneiras, primeiramente de forma geral com os resultados globais da balança comercial, depois divididos por fator agregado e intensidade tecnológica e por fim por países, regiões e blocos econômicos parceiros comerciais do Brasil. Através dessa análise foi possível a obtenção de algumas importantes constatações. Primeiramente, verificou-se o expressivo crescimento das exportações brasileiras e sua relação com o aquecimento do comércio mundial, além do progresso da inserção do Brasil no comércio global. Em seguida, por meio da análise dos dados da pauta comercial, identificou-se um claro aumento da participação dos produtos básicos, além de uma também elevada concentração das exportações nos principais produtos de cada categoria. Em relação aos parceiros comerciais, observou-se um movimento contrário ao da pauta, de descentralização dos destinos de exportação, que se deu principalmente em direção aos parceiros comerciais brasileiros não-tradicionais, especialmente Ásia e África, com um impressionante aumento na participação da economia chinesa como destino das exportações. Em contraposição observou-se uma diminuição da participação relativa dos parceiros comerciais tradicionais, como UE, Estados Unidos e MERCOSUL. Essa diversificação geográfica pode ser considerada favorável ao deixar o país menos vulnerável a choques externos regionais, mas ela também intensificou o aumento da participação dos produtos básicos e de baixa intensidade tecnológica, uma vez que, os países cujas participações como destino das exportações aumentaram são, justamente, os maiores importadores dos produtos primários e intensivos em recursos naturais brasileiros. Por fim, discute-se a sustentabilidade do crescimento das exportações com a atual estrutura de comércio exterior, na qual o país é exportador de produtos básicos e de baixa intensidade tecnológica e importador de bens de maior valor agregado.

Palavras-chave: comércio internacional; pauta de exportação; parceiros comerciais; economia brasileira.

ABSTRACT

Brazil's exports recent evolution and its economical impacts.

The main goal of this paper consists in the analysis of Brazil's exports recent evolution and its real impacts in the economy. This goal was reached firstly by a theoretical recovery of the main lines of research about international trade and development. After, the international trade data from 2000 to 2009 was analyzed in different ways, first of all generally, with the global data of the balance of trade, then divided by aggregate factor and technological intensity and finally by countries, regions and economic blocks which are Brazilian's trade partners. Through this analysis it was possible to obtain some important findings. First, the significant growth of Brazilian exports and its relation to the global trade growth, and the progress of Brazil's insertion in global trade. Then, by analyzing data from the export list, a clear increase in the share of commodities was identified plus a high concentration of exports in key products in each category. In relation to trading partners, a decentralization of export destinations was observed, which was mainly towards non-traditional Brazilian business partners, especially Asia and Africa, with an impressive increase in the share of the Chinese economy as a destination for exports. In contrast, there was a decrease in the relative share of traditional trading partners like EU, U.S. and MERCOSUR. This geographic diversification can be considered good, once it leaves the country less vulnerable to regional shocks, but it also intensified the increase in the share of commodities and low-technology products, since the countries whose shares rose as the destination of exports are precisely the largest importers of primary and resource-based Brazilians products. Finally, the sustainability of export growth with the current structure of foreign trade is discussed, once Brazil is an exporter of commodities and low-technology products and an importer of goods with higher added value.

Key-words: international trade; export list; commercial partners; Brazilian economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Taxa de câmbio R\$/US\$ final do período.	26
Gráfico 2 - Coeficiente de exportação	28
Gráfico 3 - Índice do preço internacional das commodities.	29
Gráfico 4 – Evolução das exportações e do PIB.	31
Gráfico 5 - Balança comercial brasileira.	32
Gráfico 6 - Crescimento real do PIB.	34
Gráfico 7 - Coeficiente de penetração das importações.	35
Gráfico 8 - Balança Comercial Brasileira.	36
Gráfico 9 - Grau de abertura econômica.	38
Gráfico 10 - Evolução da corrente de comércio em US\$ e da variação real do PIB.	39
Gráfico 11 - Evolução das exportações por fator agregado.	44
Gráfico 12 - Índice de quantum e preço dos produtos semimanufaturados.	45
Gráfico 13 - Índice de quantum e preço dos produtos manufaturados.	47
Gráfico 14 - Índice de quantum e preço dos produtos básicos.	47
Gráfico 14 - Participação nas exportações totais por fator agregado.	51
Gráfico 15 - Participação nas exportações totais por intensidade tecnológica.	53
Gráfico 16 - Evolução do saldo comercial brasileiro por intensidade tecnológica.	54
Gráfico 17 - Evolução dos termos de troca.	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da Balança Comercial brasileira.	25
Tabela 2 - Evolução do quantum e preço das exportações e importações brasileiras de 2000 a 2009.	27
Tabela 3 - Evolução dos preços internacionais das commodities.	27
Tabela 4 - Evolução do grau de abertura comercial brasileira.	37
Tabela 5 - Participação do Brasil no comércio mundial.	40
Tabela 6 - Coeficiente de exportação e crescimento real do PIB EM 2008.	41
Tabela 8 - Exportação dos produtos semimanufaturados e seus principais produtos em milhões de US\$.	46
Tabela 9 - Exportação dos produtos manufaturados e seus principais produtos em milhões de US\$.	48
Tabela 10 - Exportação dos produtos básicos e seus principais produtos em milhões de US\$.	50
Tabela 10 – Valor das exportações brasileiras por país, região e bloco econômico em US\$.	62
Tabela 11 - Participação relativa dos destinos das exportações brasileiras.	63
Tabela 13 - Participação das exportações totais de produtos básicos por país, região e bloco econômico.	66
Tabela 14 - Participação das exportações totais de produtos semimanufaturados por país, região e bloco econômico.	68
Tabela 15 - Participação das exportações totais de produtos manufaturados por país, região e bloco econômico.	69
Tabela 16 - Saldo comercial brasileiro por país, região e bloco econômico.	70

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	5
LISTA DE TABELAS	6
INTRODUÇÃO	8
1 REVISÃO TEÓRICA	11
1.1 Vantagens comparativas e Heckscher-Ohlin	11
1.2 A visão Cepalina	16
1.3 <i>Export-led growth hypothesis</i> e a Lei de Thirlwall	21
2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NOS ANOS 2000.....	25
2.1 Evolução da balança comercial brasileira	25
2.2 Evolução do grau de abertura e da inserção do Brasil no comércio mundial.....	37
3 MUDANÇAS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES E NOS PARCEIROS COMERCIAIS BRASILEIROS	43
3.1 Mudanças na pauta de exportações	43
3.2 Evolução e mudanças nos parceiros comerciais brasileiros	60
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
CONCLUSÃO.....	79

INTRODUÇÃO

As exportações sempre foram um dos principais tópicos de discussão da economia brasileira. Com a intensificação da globalização e o avanço da revolução da informação, as linhas geográficas que delimitam os espaços nacionais tornaram-se muito mais tênues do que no passado, as transações comerciais e financeiras entre países tornaram-se rápidas, práticas e seguras. Todos esses fatores contribuíram para que o mundo tomasse as dimensões hoje conhecidas, em que os países estão cada vez mais dependentes uns dos outros e o comércio internacional atinge volumes cada vez maiores.

Na economia brasileira, em especial, as exportações tem um papel ainda mais relevante dado que foi através do seu progresso que o equilíbrio do balanço de pagamentos, ou seja, a diminuição do processo de endividamento externo e o pagamento de grande parte da dívida externa adquirida em momentos anteriores ao analisado neste trabalho foram possíveis, juntamente com significativas taxas de crescimento econômico.

Além disso, durante esta última década o comércio exterior brasileiro passou por profundas mudanças tais como: ampliação da pauta de produtos exportados, diversificação dos principais parceiros comerciais e mudanças nos preços relativos dos nossos principais produtos de exportação.

Assim, o principal propósito deste trabalho consiste na análise das mudanças recentes ocorridas na balança comercial brasileira. A relevância e justificativa deste trabalho consistem, justamente, na análise e verificação dessas mudanças, assim como a eventual identificação de suas reais conseqüências, uma vez que, mesmo sendo um tema amplamente discutido não só na esfera acadêmica, a interpretação superficial dos dados pode levar a considerações finais equivocadas.

Sendo assim, os objetivos deste trabalho consistem na verificação do processo de abertura comercial brasileira e o aumento da participação do país no comércio mundial, na avaliação da evolução da corrente de comércio e da balança comercial do Brasil, no estudo da diversificação da pauta de exportação brasileira, na alteração da evolução dos preços relativos e possíveis ganhos no comércio internacional, na identificação das modificações dos principais parceiros comerciais brasileiros, assim como a corrente de comércio e os saldos comerciais do Brasil com os mesmos.

No desenvolvimento deste trabalho primeiramente, utiliza-se a metodologia teórica para a elaboração da fundamentação teórica, a qual discorrera sobre as principais e mais relevantes teorias sobre a relação entre exportação e crescimento econômico, que foram utilizadas posteriormente para constatar se as exportações geraram impactos reais positivos ou negativos para a economia brasileira.

Em um segundo momento, utiliza-se a metodologia histórica quantitativa para averiguar e mensurar o progresso das exportações, balança comercial e saldos comerciais do Brasil.

Durante essa etapa, são utilizadas como principal fonte de dados as bases estatísticas da Secretaria de Comercio Exterior (SECEX), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos dados disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização Mundial de Comércio (OMC) em seus relatórios anuais e publicações sobre o comércio mundial.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em três seções e uma conclusão. A primeira seção consiste na reunião das principais correntes teóricas sobre comércio internacional e correlação entre comércio e desenvolvimento consideradas relevantes para o desenvolvimento do trabalho além de uma resenha ao final da seção sobre trabalhos anteriormente realizados e relacionados com o tema dessa monografia.

Na segunda seção são analisados os dados do comércio internacional brasileiro. Primeiramente os dados são analisados de forma geral, através das análises da evolução da balança comercial brasileira, dos índices de preço, *quantum* e termos de troca e dos coeficientes penetração das importações, exportações e grau de abertura comercial.

Por conseguinte, na terceira seção, esses dados são desagregados por fator agregado e pela classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de intensidade tecnológica, com o intuito de evidenciar a importância relativa dos principais produtos exportados para o resultado total da balança comercial brasileira. Por fim, os mesmos dados sobre as exportações, são desagregados novamente, desta vez por destino, para a verificação das mudanças ocorridas nos últimos dez anos na estrutura dos parceiros comerciais brasileiros.

Na quarta seção, todos esses dados serão retomados em uma análise final de resultados, que consiste no cruzamento dos dados obtidos na segunda seção e no avanço da compreensão final deste trabalho. Por fim, encontra-se a conclusão do trabalho que visa especificar de forma clara e concisa os principais resultados do estudo.

1 REVISÃO TEÓRICA

Nesta seção, as principais teorias de comércio internacional são revisadas. Primeiramente, são retomadas as teorias de David Ricardo sobre as vantagens comparativas, e de Heckscher-Ohlin, a respeito da teoria de dotação de fatores. Em um segundo momento, a teoria de crescimento por substituição de importações, da CEPAL, também é revisada.

Posteriormente, são contempladas duas teorias mais recentes, sendo a primeira a *export-led growth hypothesis* e a segunda, a Lei de Thirwall. E finalmente, é feita a revisão de alguns trabalhos pertinentes já realizados sobre o tema do presente trabalho.

1.1 Vantagens comparativas e Heckscher-Ohlin

Em 1817 o economista clássico David Ricardo publicou *The Principles of Political Economy and Taxation*, no qual considerou os efeitos gerais e positivos do comércio internacional.

Em seu trabalho, Ricardo (1987) delineou um modelo relativamente simples com dois países, dois bens comercializáveis e um único fator de produção, o trabalho. Contudo, apesar de ser criticado por suas inaplicabilidades no mundo real é justamente essa sua característica, a simplicidade, que o torna um modelo tão difundido para o entendimento dos mais modernos e complexos instrumentos de estudo do comércio internacional.

O poder intelectual do modelo encontra-se em sua simplicidade, mas ao mesmo tempo simplicidade causa grandes dificuldades quando se tenta traduzir a teoria em previsões que podem valer a pena explorar em conjuntos de dados reais. (LEAMER; LEVINSOHN, 1995) tradução da autora.

Como já exposto, o modelo ricardiano parte dos pressupostos que existem apenas dois países que produzem dois bens e para isso utilizam um fator de produção, o trabalho, sendo este móvel entre os setores de produção da economia, porém sem mobilidade entre os países. Também caracteriza a ausência de custos de transporte além de utilizar da análise clássica de equilíbrio geral. (KRUGMAN; OBSTFIELD, 1996)

O modelo introduz no estudo econômico as noções de vantagens absoluta e comparativa, sendo que ambas são determinadas pela produtividade do trabalho, ou seja, a quantidade de horas necessárias para a produção de um determinado bem. Deste modo, um país apresenta vantagem absoluta quando produz um bem com menos horas de trabalho que outro país, já a vantagem comparativa apresenta-se quando um país tem um custo de oportunidade na produção de um bem em relação a outro bem menor que outro país. (KRUGMAN; OBSTFIELD, 1996)

O custo de oportunidade, utilizado para explicação do conceito de vantagem comparativa é um aspecto relevante do modelo. Sendo, que as economias possuem pontos de estrangulamento de produção dada à escassez de recursos e como o modelo apresenta ambas as economias com um único fator de produção, a fronteira de possibilidade de produção (FPP), gráfico que representa as diferentes combinações de quantidade dos dois bens que uma economia pode produzir, é uma linha reta, cuja inclinação é igual ao custo de oportunidade de um bem em relação ao outro, este sendo, portanto constante. (KRUGMAN; OBSTFIELD, 1996)

Ainda, de acordo com o modelo, apesar de a FPP apresentar o que cada país pode produzir, o que determina as quantidades de cada bem a serem produzidas são os preços relativos, e, apesar de que em uma economia competitiva, as decisões de oferta são determinadas de modo que os indivíduos maximizem seus ganhos através dos mecanismos de oferta e demanda, na economia simplificada do modelo os preços relativos são determinados pelo movimento inter-setorial do único fator de produção, o trabalho. Sendo assim, uma economia deverá se especializar na produção do bem cujo custo de oportunidade seja inferior ao seu preço relativo.

Por fim, a idéia central do modelo ricardiano é que o fluxo do comércio internacional assim como os preços relativos entre os bens comercializados entre os países, advém das diferenças tecnológicas entre os países, ou seja, as diferenças de produtividade, e uma vez que os países se especializem na produção do bem no qual possuam vantagem comparativa haverá ganhos de comércio para ambas as economias, com exceção de economias com produtividades idênticas, situação em que o comércio internacional viabilizará aumento nas possibilidades de consumo. (LEAMER; LEVINSOHN, 1995)

Ricardo demonstrou o notável resultado que dois países podem ganhar com o comércio se seu nível de fator de produção diferir, mesmo se um país possui vantagem absoluta em dois bens. (LEAMER; LEVINSOHN, 1995) tradução da autora.

Dessa forma verifica-se que apesar de simples o preceito básico do modelo proposto por David Ricardo em 1817 permanece atual ao inserir as diferenças tecnológicas e vantagens comparativas como propulsores do fluxo de comércio internacional.

Em suma, embora poucos economistas acreditem que o modelo ricardiano seja uma descrição completamente adequada das causas e conseqüências do comércio mundial, suas duas implicações principais – que as diferenças de produtividade desempenham um papel importante no comércio internacional e que as vantagens comparativas em vez das absolutas é que importam – parecem ser corroboradas pelas evidências empíricas. (SALVATORE, 2007)

Confere-se assim, o principal motivo de relevância para o estudo do modelo ricardiano, o fato de que apesar de algumas previsões nitidamente irrealistas, suas previsões básicas foram e ainda são de grande importância para a orientação das teorias sobre comércio internacional.

Contudo, algumas questões importantes não obtêm respaldo teórico no modelo ricardiano, essas que tentam ser respondidas pelo modelo Heckscher-Ohlin. Também conhecido como modelo das proporções de fatores ou H.O, o modelo tenta explicar as seguintes questões deixadas sem resposta pelo modelo das vantagens comparativas: a razão da diferença dos preços relativos e das vantagens comparativas, e os efeitos do comércio internacional sobre o rendimento dos fatores. (SALVATORE, 2007)

De acordo com Salvatore (2007), ao contrário da teoria de Ricardo (1817) que contemplava as diferenças das produtividades de cada nação como princípio básico para o comércio internacional, o modelo H.O centraliza-se na diferença relativa dos fatores de produção de cada país.

(...) uma determinada nação irá exportar aquela mercadoria, cuja produção exige a utilização intensiva do fator relativamente abundante e barato, e irá importar aquela mercadoria cuja produção exige a utilização intensiva do fator relativamente escasso e caro da nação. (SALVATORE, 2007, p. 56)

Segundo Krugman (2003) o modelo Heckscher-Ohlin parte dos seguintes pressupostos para o seu desenvolvimento: a existência de dois países que produzem dois bens com dois fatores de produção, capital e trabalho, esses com plena mobilidade entre os setores da economia de cada país. Além disso, o modelo parte da hipótese de que ambos os países possuem os mesmos gostos e as mesmas tecnologias.

Contudo, o modelo não requer necessariamente dessas hipóteses para validar-se, mas utiliza-se delas para demonstrar que a “(...) principal causa para a diferença nos preços relativos de mercadorias e para o comércio (...)” (SALVATORE, 2007) é a diferença na dotação de fatores de cada país.

Dessa forma, o modelo preconiza que cada país exportará os bens que empregam intensivamente o fator de produção que possui em abundância. Tanto a abundância dos fatores quanto a intensividade de sua utilização, são medidos através de comparação, de forma relativa, ou seja, um produto é capital-intensivo se utiliza uma proporção maior de capital em sua produção do que o outro bem, e um país é abundante em trabalho quando possui mais mão-de-obra disponível do que o outro país. (SALVATORE, 2007)

Consoante a Kenen (1998), no modelo Heckscher-Ohlin, as ofertas dos fatores de produção, capital e trabalho, são limitadas e as combinações das quantidades de cada fator utilizado por cada país determinam a fronteira de possibilidade de produção desse mesmo país. Com a abertura comercial, os países especializam-se na produção do bem que utiliza intensivamente seu fator abundante, e importam o bem que utiliza intensivamente seu fator escasso, com isso vê-se reduzido os efeitos da diferença de recursos dos países, dado que com a abertura comercial os países podem consumir além de sua possibilidade de produção, através da importação dos bens que utilizam maciçamente seu recurso escasso.

Ainda de acordo com Kenen (1998), os efeitos da abertura comercial não são benéficos para todos os setores de um país. Com a especialização, a demanda pelo fator abundante aumenta assim como o preço do bem que o utiliza intensivamente, já o contrário ocorre com a demanda pelo fator de produção escasso, o que gera uma queda no preço do produto que o utiliza intensivamente, o que conseqüentemente leva a equalização dos preços relativos dos produtos e dos fatores de produção entre os países. Essa idéia é o cerne do teorema de Stolper - Samuelson, que explana os efeitos do comércio sobre os preços dos fatores e a distribuição de renda.

Se não houvesse barreiras ao comércio nem custos de transporte, o comércio equalizaria os preços de fatores dos países que fizessem comércio entre si, ou seja, não reduziria apenas a diferença entre eles. Assim, ele compensaria totalmente os efeitos da diferença de dotação de fatores. (KENEN, 1998, p.80)

No entanto, essa tendência a equalização de preços decorrente da abertura comercial não se verifica na realidade, essa diferença entre o modelo e os fatos reais decorre principalmente dos pressupostos do modelo, especialmente no que diz respeito a hipótese de que os países possuem as mesmas condições tecnológicas. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005)

A principal crítica a teoria de Heckscher-Ohlin é conhecida como paradoxo de Leontief, decorrente de um estudo liderado pelo economista Wassily Leontief, no qual ele analisou as contas externas norte-americanas no período pós II Guerra Mundial, e constatou que as exportações dos Estados Unidos eram trabalho-intensivo, resultado oposto ao previsto pelo modelo H.O, dado que o país era no período a maior e mais pujante economia do mundo, esperando-se assim que o resultado de suas exportações fosse em sua maioria capital-intensivo. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005)

Conforme Krugman e Obstfeld (2005) uma provável explicação para o resultado do estudo de Leontief é o fato das exportações norte-americanas serem intensivas em mão-de-obra altamente qualificada.

(...) os Estados Unidos têm vantagem especial na produção de bens ou produtos novos fabricados com tecnologias inovadoras, por exemplo, aviões e chips de computadores sofisticados. Talvez, tais produtos sejam menos capital-intensivos do que produtos cuja tecnologia tenha tido tempo para amadurecer e se tornar apropriada às técnicas de produção em massa. Desse modo, os Estados Unidos podem estar exportando bens que utilizam muito trabalho qualificado e empreendedorismo inovador e, ao mesmo tempo, importando manufaturas pesadas que utilizam grandes quantidades de capital. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p. 61)

Todavia, estudos empíricos mais recentes forneceram grande validação para a teoria H.O, principalmente no que diz respeito à especialização dos países. Entretanto, aceitar a diferença entre os fatores de produção de cada país como fundamental fonte do comércio internacional não é uma visão amplamente aceita, principalmente pela necessidade de levar em consideração as diferenças tecnológicas entre as nações.

O estudo do modelo H.O apresenta grande relevância para o desenvolvimento desse trabalho uma vez que permanece essencial para a compreensão dos efeitos do comércio internacional sobre a distribuição de renda e diferenças dos preços relativos. “Como resultado, a teoria Heckscher-Ohlin permanece como peça central da teoria moderna do comércio para explicar o comércio internacional de hoje em dia.” (SALVATORE, 2007, p.56)

1.2 A visão Cepalina

Fundada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) através da iniciativa do economista argentino Raúl Prebisch, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) consiste em uma instituição independente com o objetivo de formular estudos necessários ao desenvolvimento sustentado de seus países membros. Contudo, apesar de sua natureza básica estar focada em estudos e pesquisas, “(...) a CEPAL nunca foi uma instituição acadêmica e seus alvos sempre foram os *policy-makers* latino-americanos”. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Tal público alvo condiz com o seu preceito básico, que desde sua criação preconiza a necessidade de intervenção do Estado para a promoção do crescimento sustentado latino americano.

Segundo Bielschowsky (2000), para compreensão da contribuição e pensamento Cepalino é necessário reconhecer a singularidade da instituição e de sua premissa, que busca caminhos para o desenvolvimento de determinados países com condições históricas próprias da periferia latino-americana.

A metodologia com enfoque histórico-estruturalista é outra particularidade relevante da Cepal, pois apesar das mudanças conjunturais de seus estudos e pesquisas o cerne da instituição permanece sendo a dinâmica do desenvolvimento latino americano.

O que vai se alternando é a própria história real sobre a qual se debruça a análise, bem como o contexto ideológico no qual ela é gerada, obrigando-a permanentemente a adaptar ênfases e a renovar interpretações de modo a adaptar-se aos novos contextos históricos. (BIELSCHOWSKY, 2000)

De acordo com Tavares (1964), até a década de 30, os países latino-americanos tinham suas economias atreladas ao modelo exportador de desenvolvimento, no qual as exportações eram o principal fator responsável pelo crescimento e geração de renda e as importações consideradas apenas como forma de suprir a demanda interna ociosa por bens e serviços. Além disso, os países sul-americanos não conseguiam dinamizar ou aumentar sua demanda interna devido à baixa capacidade industrial e amplo setor agrícola de subsistência, sendo assim o setor exportador o centro dinâmico da economia, esta completamente dependente da demanda externa dos produtos primários.

Ao contrário dos países centrais que não possuem divisão do trabalho social entre os setores interno e externo, nos países periféricos tal divisão do trabalho é nítida, sendo o setor externo muito mais produtivo e especializado enquanto que o setor interno somente satisfazia parte das necessidades de alimentação, vestuário e habitação da parcela da população monetariamente incorporada dos mercados consumidores. (TAVARES, 1964)

Historicamente, admite-se à crise de 1930 como o momento de ruptura desse modelo e de passagem para um novo modelo de crescimento voltado “para dentro”, ou seja, enquanto que o modelo antigo tinha como foco as exportações como motor da economia, esse novo modelo tinha como base o processo de substituição de importações, o PSI, no qual a manutenção da renda interna em momentos de crise internacional e desequilíbrios no balanço de pagamentos e aumento do mercado consumidor interno através da fomentação do setor industrial eram suas principais características. Essa nova teoria fazia parte do instrumental teórico da Cepal, uma “(...) versão regional da teoria do desenvolvimento” para os países periféricos. (BIELSHOWSKY, 2000)

Apesar dos países periféricos não terem enfrentado recessões devido à crise de 1930, como os países centrais, esses sofreram graves crises, principalmente de desequilíbrio no balanço de pagamentos. Com a recessão dos países centrais, a demanda por produtos primários, principal parte da pauta de exportação dos países periféricos, caiu drasticamente o que juntamente com a saída em massa de capital estrangeiro configurou um grave cenário de estrangulamento externo. (BIELSHOWSKY, 2000)

De acordo com Prebisch (1964), o estrangulamento externo dos países periféricos era uma tendência econômica causada pelo que ele denominou de tendências díspares da procura internacional, que encontrou seu ápice na crise de 1930 e cabia ao PSI contrabalancear essa disparidade entre as economias centrais e periféricas.

(...) as tendências díspares da procura internacional, que incidem no lento crescimento das exportações dos países de produção primária, em comparação com a intensa procura de suas importações de produtos manufaturados. (PREBISCH, 1963).

Para Prebisch (1964), tal disparidade entre os países centrais e periféricos era decorrente dos ciclos econômicos e do efeito elasticidade renda demanda. O primeiro, diz respeito à rigidez dos preços dos produtos manufaturados e flexibilidade dos preços dos produtos primários, que em momentos descendentes

dos ciclos econômicos diminuem proporcionalmente mais do que seus aumentos nas fases ascendentes. Já a elasticidade renda demanda, descreve como a demanda relativa por bens industrializados aumenta e a demanda relativa por bens primários diminui em resposta a um crescimento da renda.

De tal modo, esses dois aspectos econômicos determinavam as desvantagens comparativas dinâmicas da especialização em bens primários, ou seja, a deterioração dos termos de troca dos países latino-americanos. Esse motivo pelo qual a teoria Cepalina preconizava a industrialização dos países periféricos, mesmo sendo menos eficiente que os países centrais, pois mesmo assim, seria mais eficiente do que a alocação desses mesmos recursos produtivos no setor agrário. (BIELSHOWSKY, 2000)

No que tange ao processo dinâmico do PSI, Tavares (1964) argumenta que frente a um choque econômico exógeno, com conseqüente desequilíbrio entre a oferta e demanda de um país, sua economia encontra-se em um cenário econômico propício para a primeira fase do PSI, que consiste no suprimento da demanda interna já existente que não foi afetada pela crise, através da utilização maior da capacidade produtiva já instalada e da produção nacional de bens de consumo, cuja produção é menos complexa, antes importados.

A substituição dessa primeira gama, de produtos tende a aumentar o consumo interno desses bens e, conseqüentemente a “demanda derivada por importações de matérias primas e outros insumos cresce rapidamente tendendo a ultrapassar a disponibilidade por divisas.” (TAVARES, 1964)

Evidencia-se assim, o caráter contraditório do PSI, pois à medida que o processo avança encontra novas barreiras, em outras palavras redução da capacidade de importação, necessitando assim evoluir através de uma nova fase de substituições, “(...) à medida que o processo avança através de sucessivas respostas a barreira externa, vai se tornando cada vez mais difícil e custos prosseguir.” (TAVARES, 1964)

Sendo assim, as exportações, apesar de não serem o motor da economia no PSI, apresentam um importante papel na geração de divisas para a evolução do processo, que a cada etapa substitui e restringe as importações consideradas supérfluas em detrimento de bens de capital e intermediário, necessários para o desenvolvimento da indústria nacional.

A dinâmica substitutiva consiste na forma como a economia reage a sucessivos estrangulamentos do balanço de pagamentos. Por progressiva compressão na pauta de importações, a industrialização vai passando de setores de instalação 'fácil', pouco exigente em matéria de tecnologia, capital e escala, a segmentos cada vez mais sofisticados e exigentes. (BIELSCHOWSKY, 2000)

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto (1999), a crise de 1930 repercutiu na economia brasileira através de uma breve diminuição da demanda por café, a principal *commodity* brasileira na época, seguida de uma drástica diminuição do preço de café e de uma massiva saída de capital estrangeira gerando um desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Através de medidas políticas heterodoxas houve após a crise de 1930 no Brasil um deslocamento do centro dinâmico da economia, em que o crescimento da economia deixou de ser determinado pelo setor exportador e sim pela atividade do mercado nacional, principalmente o consumo e investimento industrial doméstico, dando assim início a PSI no país. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1999)

Essa mudança estrutural da economia brasileira, foi possível graças a medidas de duas ordens adotadas pelo Estado: a manutenção do nível de renda e o deslocamento da demanda interna. A manutenção do nível de renda consistiu em políticas de proteção ao café através da compra, estocagem e posterior queima de sacas de café financiada através da emissão de moeda doméstica. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1999)

Consoante, Gremaud, Vasconcellos e Toneto (1999), a lógica dessas medidas protecionistas reside no fato de que ao comprar a produção de café, mesmo que pelo preço mínimo, o governo possibilitava a realização da próxima colheita, mantendo assim a renda e o emprego derivados da produção cafeeira e a conservação do efeito multiplicador exercido pelo setor agroexportador no restante da economia. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1999)

Contudo, o país ainda enfrentava sérios desequilíbrios no seu balanço de pagamentos devido queda da demanda externa por café que foram agravados pela manutenção da renda interna que ainda necessitava de produtos importados para ser suprida. Sendo assim, o governo declarou moratória sobre parte da dívida externa, desvalorizou a moeda nacional e conteve a utilização de divisas. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1999)

Dessa forma, o contingenciamento das importações somado a desvalorização cambial tornaram as importações pouco atraentes, deslocando assim a demanda

mantida pelo setor cafeeiro para a produção nacional, que a partir disso passou a apresentar grande rentabilidade atraindo recursos antes destinados a outros setores econômicos. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1999)

A produção nacional passou, assim, com a proteção recebida frente aos concorrentes externos e com as vendas propiciadas pela manutenção da demanda, a gerar uma rentabilidade que, dada a queda de rentabilidade do setor cafeeiro, atraía o capital de outros setores e o próprio reinvestimento dos lucros gerados na atividade industrial. Nesse momento, são justamente esses investimentos que passam a ditar o ritmo de crescimento da economia brasileira (...).(GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1999)

Passada essa fase inicial do PSI, notadamente em 1956 com o Plano de Metas (1956-1960) instaurado durante o governo de Juscelino Kubitschek o PSI atingiu seu ápice ao unir, dentro do processo, acelerado crescimento da renda e industrialização.

Apesar da dialética do Plano de Metas ir além da base do PSI ao promover uma industrialização estrutural integrada, não apenas em resposta a barreiras externas, o objetivo principal do plano era promover um amadurecimento ao setor industrial, através da fomentação da indústria de base, de bens de capital e consumo duráveis. Tal medida foi adotada através de estudos desenvolvidos pela CEPAL em parceria com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), nos quais foi identificada uma demanda reprimida por tais bens. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1999)

Após o período do Plano de Metas, houve uma grande mudança conjuntural mundial, que somada à situação econômica brasileira ao final do plano demonstrou os limites alcançados pelo PSI e o conseqüente esgotamento do modelo. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1999)

Assim sendo, a base teórica do PSI, de economias fechadas e voltadas para a industrialização, apesar de não ser mais uma vertente atualmente aplicada à economia brasileira, foi essencial para o processo de desenvolvimento brasileiro de 1930 até 1960. Nesse período, houve o surgimento e amadurecimento do setor industrial, das grandes empresas de indústria de base e das estatais de diferentes setores de infra-estrutura, todos esses de extrema relevância para o processo de abertura comercial e liberalização econômica nos anos 1990.

1.3 *Export-led growth hypothesis* e a Lei de Thirlwall

Após a crise da dívida durante os anos 1980, mais especificamente ao final da década, o Brasil iniciou o processo de liberalização econômica. Fazendo parte das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), após o empréstimo liberado para o país na mesma década, tal medida visava à melhoria geral da situação macroeconômica do país, assim como o alcance de níveis mais altos de crescimento do PIB harmonizados com os resultados do balanço de pagamentos e baixos índices de inflação, ou seja, crescimento econômico sustentável. (PACHECO-LÓPEZ; THIRLWALL, 2005). Esse processo de abertura comercial, que terminou de se desenvolver no decorrer da década de 1990 foi um fator crucial para o desenvolvimento do setor exportador brasileiro, possibilitando que o país chegasse ao atual nível de abertura comercial.

Dessa forma, considera-se crucial para o desenvolvimento deste trabalho a retomada teórica da vertente de economistas cujos trabalhos desenvolvidos visam explicar a relação dialética entre o crescimento das exportações e o desenvolvimento econômico dos países.

Segundo Faleiros (2008), com o esgotamento dos modelos de substituição de importações, que vigoravam como consenso econômico na América Latina até meados da década de 1960, esses mesmos passaram a ser contestados, abrindo espaço para novas e mais modernas alternativas de estratégias de desenvolvimento. Com efeito, o autor ainda ressalta que uma das vertentes que ganhou maior impulso com essa mudança de consenso foi a teoria de crescimento baseado nas exportações, ou também como é conhecida "*export-led growth*" (ELG).

Ainda de acordo com Faleiros (2008), a premissa básica do modelo ELG consiste na idéia do aumento da renda interna através da elevação da produção interna de bens para exportação, ou da melhoria da capacidade de importação pelo aumento do estoque de divisas. O autor ainda ressalva as duas diferentes ênfases dadas ao modelo ELG, o primeiro, que ressalta o papel da oferta na propagação do crescimento através das exportações via aumento na produtividade e eficiência do setor produtor doméstico, e o segundo, no qual este trabalho se focará que diz respeito à reintrodução da demanda como fator fundamental ao crescimento.

Em linhas gerais, o mecanismo de propagação do ELG se processa ou pelo aumento da produção interna de bens para a comercialização no mercado externo ou pela acumulação de divisas que permite aumento da

possibilidade de produção por meio da exportação. (...) via demanda, ressaltando o maior dinamismo à produção interna e acumulação de capital, uma vez que age como fonte autônoma de geração de divisas. (FALEIROS, 2008, p. 7)

Dentre as teorias de crescimento econômico com base nas exportações e foco na demanda, o trabalho de maior destaque é o do economista Anthony P. Thirlwall, no qual destaca-se a chamada Lei de Thirlwall, esta que consiste na conceito de que “(...) o crescimento das exportações rege o crescimento da produção a longo prazo, ao qual se adaptam os outros componentes da demanda.”(THIRLWALL, 2005, p.52)

Thirlwall (2005), parte da premissa que o crescimento da renda nacional é igual à soma ponderada do crescimento do consumo, investimento e saldo da balança comercial e uma vez que tanto consumo, investimento e importações são considerados variáveis endógenas, ou seja, seu crescimento depende do crescimento da própria renda, as exportações são a única variável exógena da soma. O autor segue e destaca as principais diferenças entre as exportações e as demais variáveis e constata que as exportações são o único componente de demanda independente da renda nacional e capaz de custear as importações necessárias ao desenvolvimento, essas que algumas vezes são mais eficientes que a alocação de recursos para a produção desses bens domesticamente.

Além disso, o modelo de Thirlwall preconiza que os países devem ter uma taxa de crescimento compatível com o seu balanço de pagamentos, sendo que déficits no balanço de pagamentos considerados a maior restrição ao crescimento da demanda e logo do crescimento econômico dos países, especialmente aqueles em desenvolvimento, dessa forma aceita a elevação das exportações como forma de viabilizar a expansão da demanda com um balanço de pagamentos equilibrado. (HERNANDÉZ, 2003, p. 92)

(...) o setor externo é a chave para aumentar a taxa de expansão a longo prazo, tendo em vista que existe um limite intransponível da capacidade que cada país tem de financiar um déficit no BP resultante da expansão da demanda. (HERNANDÉZ, 2003, p. 92)

Dessa forma, pode-se sintetizar a Lei de Thirlwall da seguinte maneira.

(...) quase que se poderia afirmar como lei fundamental que a taxa de crescimento de um país se aproximará da proporção de sua taxa de crescimento das exportações e de sua elasticidade-renda da demanda de importações. (McCOMBIE; THIRLWALL, 1997 apud THIRLWALL, 2005)

Thirlwall utiliza-se da Lei de Verdoorn para validar sua teoria, essa que explica o “(...) círculo virtuoso de crescimento impulsionado pelas exportações” (THIRLWALL, 2005). Com efeito, entende-se através da Lei de Verdoorn que quanto mais rápido o crescimento da produção mais rápido será o crescimento da produtividade que torna mais lento o crescimento dos custos de mão-de-obra por unidade, dessa forma levando ao aumento das exportações e conseqüente crescimento da produção. Igualmente, uma vez que o país atinge determinada vantagem de crescimento, provavelmente a manterá. (THIRLWALL, 2005)

Além disso, a Lei de Thirlwall também é de grande importância no que diz respeito à análise das significantes diferenças do crescimento de capital e progresso tecnológico entre os países. (HERNANDÉZ, 2003)

Mais uma vez, isso destaca a importância das diferenças na estrutura produtiva e nas elasticidades-renda da demanda de exportações como fatores que contribuem para a diferença entre os países, no que concerne ao desempenho em termos de crescimento. (THIRWALL, 2005, p.67)

Thirlwall (2005) reconhece que, apesar dos dados empíricos acerca de sua teoria não serem explícitos na maioria das vezes, sua proposição ainda é válida tendo em vista que o setor exportado em detrimento da concorrência externa torna-se mais produtivo e atribui externalidades ao setor produtivo doméstico, validando assim a causalidade bidirecional entre exportação e crescimento da renda, “(...) tanto a participação das exportações no PIB quanto o crescimento das exportações são importantes para o desempenho global em termos de crescimento.” (THIRLWALL, 2005, p. 57)

Ainda mais importante, no entanto, pelo menos no que diz respeito na maioria dos países em desenvolvimento, é que as grandes restrições da demanda são do BP vigente e a escassez de divisas. O crescimento das exportações alivia essa restrição e é o único a permitir que todos os outros componentes da demanda cresçam mais depressa, sem que surjam dificuldades no BP. Essa é a mais simples de todas as explicações sobre a relação do crescimento limitado pelo BP. (THIRLWALL, 2005, p. 59)

Utilizando-se do mesmo cerne teórico de Thirlwall, alguns autores dão destaque à importância da pauta de exportação dos países. Para Herzer, Nowak-Lehman e Siliterstovs (2006) a exportação de produtos primários é um obstáculo para o crescimento da produtividade, tal que produtos primários não apresentam *spillovers* tecnológicos e uma especialização nesses produtos poderia acarretar em significativa diminuição de alocação de recursos em pesquisas de setores mais intensivos em tecnologia, além disso, os produtos básicos também são

extremamente vulneráveis a variações de preços e volume, o que pode acarretar, em países primário-exportadores, graves incertezas macroeconômicas em cenários externos adversos.

Consoante a Herzer, Nowak-Lehman e Siliterstovs (2006), Faleiros (2008) também enfatiza a necessidade de maior especialização em produtos com maior valor agregado, uma vez que estes apresentam alta elasticidade-renda, o que supostamente permite ao país basear-se em políticas de crescimento baseado nas exportações sem a necessidade de mudanças extremas do montante exportado. Entretanto Faleiros (2008) expõem a necessidade da alternância de modelos de crescimento como maneira de proteger as nações de choques negativos.

(...) a alternância da trajetória de crescimento, entre regimes baseados no mercado doméstico e mercado externo, dá opções ao país em como sustentar seu crescimento, caso ocorra reveses causadas por choques externos negativos ou mesmo por desaceleração do ritmo interno de produção. (FALEIROS, 2008)

2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NOS ANOS 2000.

Esta segunda seção do trabalho analisa a evolução do comércio exterior brasileiro através do comportamento e progresso da balança comercial brasileira de 2000 a 2009.

Primeiramente, são contemplados o desenvolvimento das exportações, importações, seus índices de *quantum* e preços, os coeficientes de exportação e penetração das importações e por fim, o resultado final da balança comercial.

Posteriormente, são verificados os efeitos do progresso da balança comercial, através da análise da evolução do grau de abertura econômica brasileira e as mudanças na inserção do Brasil no comércio mundial.

2.1 Evolução da balança comercial brasileira

De 2000 a 2009, a corrente de comércio brasileira apresentou um aumento em dólares acumulado de 153%, passando de US\$ 111 bilhões para US\$ 280 bilhões.

Conforme observado na tabela 1, as exportações aumentaram, nesse mesmo período, 178%, passando de US\$ 55 bilhões para US\$ 153 bilhões, enquanto que as importações passaram de US\$ 56 bilhões para US\$ 128 bilhões, um aumento de 129%.

Tabela 1 - Evolução da Balança Comercial brasileira.

A n o	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		Saldo US\$
	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.2	Var. %	
2000	55.118.919.865	14,8	55.850.663.138	13,28	-731.743.273
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137
2005	118.529.184.899	22,6	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295
2009	152.994.742.805	-22,71	127.717.743.668	-26,17	25.276.999.137

Fonte: SECEX (2010)
Elaboração própria

Observa-se assim que o aumento do comércio exterior do Brasil deu-se tanto do lado das exportações, quanto do lado das importações. Contudo, o crescimento das exportações foi superior ao das importações.

De 2000 a 2002 as exportações nacionais apresentaram crescimento razoável, de 9,65% acumulados nesses três anos, uma média de aproximadamente 4,71% ao ano.

Em 1999, o Brasil passou do regime de câmbio fixo para câmbio flutuante, fato que gerou uma forte depreciação cambial do real frente ao dólar norte-americano. Como pode ser observado no gráfico 1, de R\$ 1,79 em 1999 o câmbio fechou o ano de 2002 a R\$ 3,53, uma depreciação acumulada de 97%.

Tal movimento do câmbio favoreceu as exportações brasileiras, uma vez que essas ganharam competitividade no mercado internacional ao apresentarem preços relativos mais atraentes aos compradores internacionais.

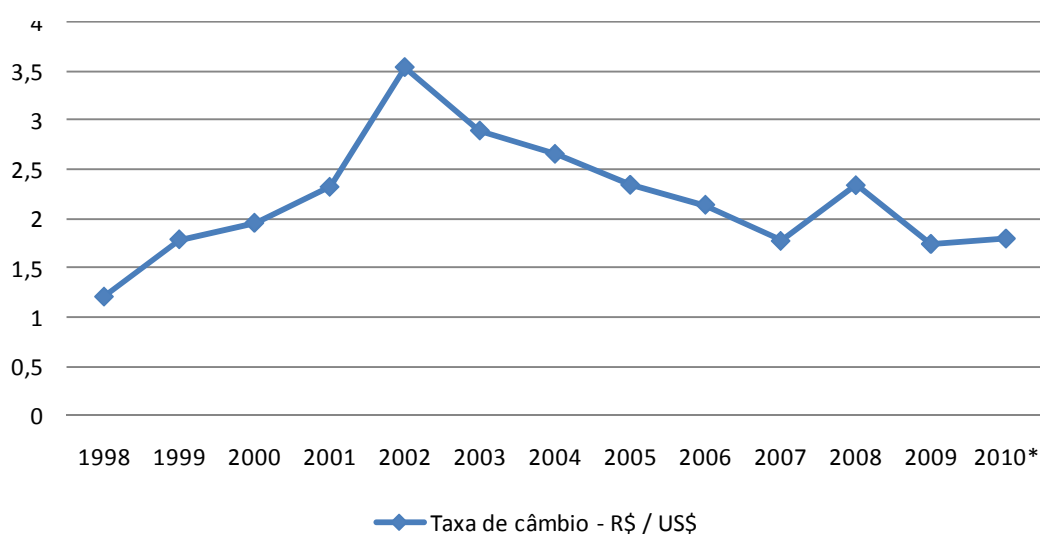


Gráfico 1 - Taxa de câmbio R\$/US\$ final do período.

Fonte: Banco Central (2010)

Elaboração própria

Através dos dados da tabela 2, pode-se constatar o aumento das exportações no período foi alavancado pelo aumento do *quantum* exportado que teve uma variação acumulada, de 2000 a 2002, de 29,3%, enquanto que os preços apresentaram queda acumulada de 4,7%, mesmo com uma alta de aproximadamente 143% dos preços internacionais das commodities, principal grupo da pauta de exportação brasileira, conforme tabela 3.

Tabela 2 - Evolução do quantum e preço das exportações e importações brasileiras de 2000 a 2009.

PERÍODO	QUANTUM		PREÇOS	
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
2000	11,10%	13,15%	3,32%	0,12%
2001	9,53%	2,94%	-3,45%	-3,28%
2002	8,63%	-12,18%	-4,54%	-3,23%
2003	15,73%	-3,64%	4,67%	6,14%
2004	19,08%	18,26%	10,90%	9,94%
2005	9,37%	5,36%	12,09%	11,18%
2006	3,34%	16,13%	12,51%	6,87%
2007	5,49%	22,00%	10,51%	8,24%
2008	-2,46%	17,70%	26,33%	22,00%
2009	-10,75%	-16,89%	-13,40%	-11,32%

Fonte: FUNCEX – MDIC (2010)

Elaboração própria

Entretanto, essa alta variação dos preços internacionais das commodities decorre do fato de que em 2000, devido a diversas crises econômicas enfrentadas a partir da segunda metade dos anos 1990, como: a crise asiática, crise argentina e crise da Rússia, os índices de preços encontravam-se em patamares historicamente baixos.

Tabela 3 - Evolução dos preços internacionais das commodities.

Ano	ÍNDICE PREÇOS COMMODITIES 2005=100	VAR. %
2000	23,30	-
2001	58,30	150,21%
2002	58,30	0,00%
2003	65,00	11,49%
2004	80,40	23,69%
2005	100,00	24,38%
2006	120,80	20,80%
2007	135,10	11,84%
2008	172,30	27,54%
2009	119,00	-30,93%

Fonte: FMI (2010)

Elaboração própria

O coeficiente de exportações, índice calculado através da razão entre as exportações totais e o PIB (Produto Interno Bruto) e que tem como finalidade a

mensuração da parcela da produção nacional destinada às exportações, também cresceu no período de 2000 a 2002, conforme exposto no gráfico 2.

Tal crescimento, não se deu totalmente em função do aumento das exportações, que foram medianas nesses três anos, mas sim em consequência da depreciação cambial de 81% durante o período, conforme demonstrado o gráfico 1, a depreciação diminui o valor absoluto em dólares do PIB, este denominador no cálculo do coeficiente de exportações, o que logo suscita em um aumento do coeficiente mais do que proporcional ao real aumento da participação das exportações no PIB.

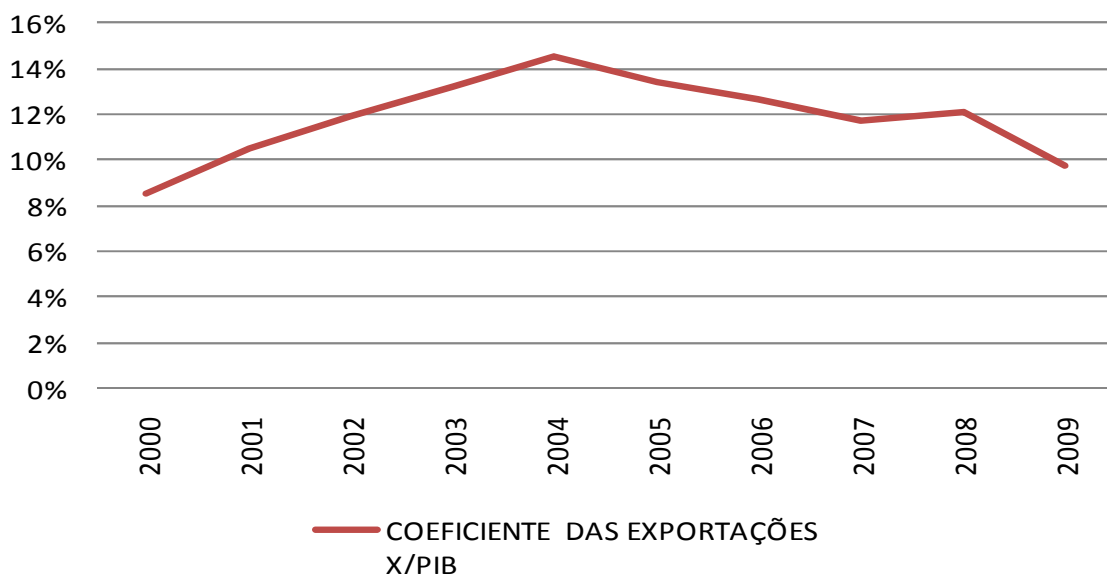


Gráfico 2 - Coeficiente de exportação
 Fonte: SECEX/MDIC (2010)
 Elaboração própria

A partir de 2003, as exportações iniciaram sua trajetória virtuosa de crescimento, até 2008. Nesse período, as exportações obtiveram um aumento acumulado de 170%, com média aproximada de 22% ao ano. Os preços internacionais das *commodities* apresentaram um crescimento constante durante esse mesmo período, com uma variação acumulada nesses seis anos de cerca de 165%, cujo pico ocorreu em 2008, logo antes do rompimento dessa conjuntura mundial favorável, conforme demonstrado no gráfico 3.

As explicações para esse crescimento vertiginoso da economia global, representado aqui pelo aumento da demanda e dos preços das *commodities*, são diversas e complementares entre si, uma vez que são de difícil análise e mensuração

Todavia, os fatores considerados mais relevantes para a explicação desse aquecimento econômico mundial, observado entre os anos de 2002 a 2008 são a recuperação da economia mundial após as já mencionadas diversas crises ocorridas a partir da segunda metade da década de 1990 e o pujante crescimento da economia chinesa, verificado a partir de 2002, que acarretou em uma alta generalizada da demanda por *commodities* internacionais e, conseqüentemente, elevação de seus preços, fato conhecido como efeito-China.

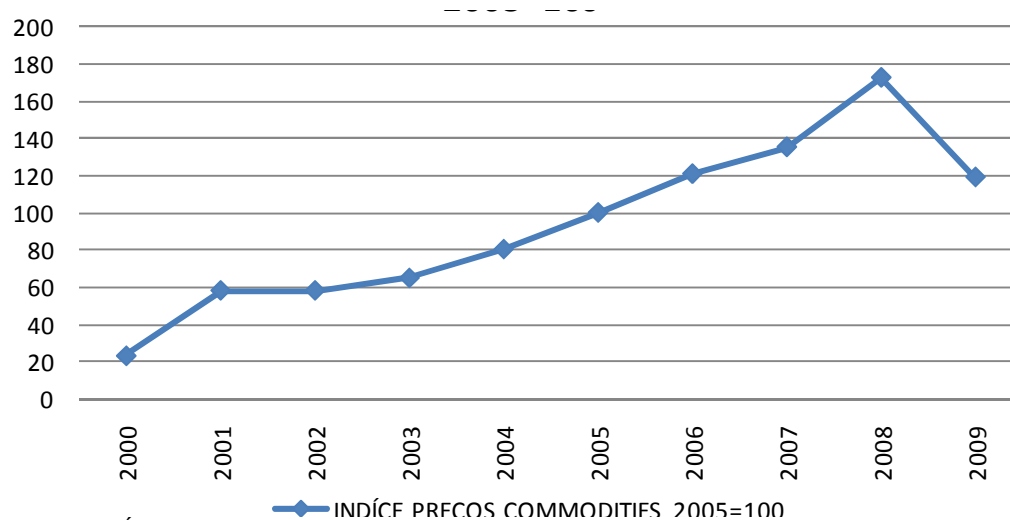


Gráfico 3 - Índice do preço internacional das commodities.

Fonte: FMI (2010)

Elaboração própria

Outro ponto fundamental a cerca do aumento do preço das *commodities* no período, foi o movimento de depreciação do dólar norte-americano frente às demais moedas, em especial ao euro e ao iene. Como os preços internacionais são todos cotados em dólar norte-americano, a sua depreciação os contagia, e se torna mais uma pressão para as elevações dos preços internacionais.

A análise realizada nas seções precedentes sugere que a alta dos preços das commodities (...) esteve associada a uma sobreposição de fatores – recuperação econômica, desvalorização do dólar, bolha especulativa fomentada pelas taxas de juros baixas, crescimento econômico da China – cuja importância relativa é de difícil dimensionamento. Ao que tudo indica, a singularidade do ciclo atual reside exatamente nessa sobreposição. (PRATES, 2007)

Sem dúvida esse crescimento econômico mundial foi muito favorável para o setor exportador brasileiro. Como já mencionado, entre o período de 2003 a 2008, o país apresentou taxas excepcionais de crescimento das exportações, tendo o valor exportado passado US\$ 73 bilhões em 2003 para US\$ 153 bilhões em 2008.

Assim, observa-se que no binômio 2003-2004, as exportações cresceram puxadas essencialmente pelo aumento do *quantum* exportado, que teve uma

variação acumulada de 35%, enquanto que os preços apresentaram alta de 16% no mesmo período.

Durante esses dois anos, o coeficiente de exportação, continuou no caminho ascendente observado nos dois anos anteriores. Entretanto o crescimento do coeficiente em 2003 e 2004 deu-se também devido ao aumento significativo das exportações, além do já mencionado efeito da depreciação cambial sobre o PIB e suas conseqüências para o resultado do coeficiente, dado que, durante o período houve um crescimento econômico acumulado de 6,9% e a taxa de câmbio, apesar estar em níveis menores do que no binômio anterior, ainda encontrava-se em patamares elevados, como pode ser observado na tabela 4.

De 2005 a 2008, as exportações cresceram 67%, passando de US\$ 119 bilhões para US\$ 198 bilhões. Com uma taxa de câmbio favorável para as exportações durante o período, como pôde ser verificado na tabela 4, apenas em 2007 houve uma apreciação mais forte do real frente ao dólar, que em 2005, 2006 e 2008 manteve-se com uma tendência depreciativa.

Além do câmbio favorável, foi durante esses quatro anos que os preços internacionais das *commodities* apresentaram seu maior crescimento. Conforme demonstrado no gráfico 3, de 2005 a 2008 o índice de preços cresceu 72%. Com essa conjuntura oportuna para o setor exportador, ambos índices de *quantum* e preços subiram 19,2% e 76%, respectivamente.

Não obstante, é possível constatar a importância da conjuntura externa, no que diz respeito à taxa de câmbio e preços internacionais, para o crescimento das exportações que nesse período foram essencialmente alavancadas pelo expressivo aumento dos preços.

Ainda durante os anos de 2005 a 2008, é possível analisar a queda do índice de coeficiente de exportação até 2007, com uma breve recuperação em 2008 antes da queda de cerca de 20% em 2009 ante o ano anterior.

A análise da evolução das exportações e do crescimento real da economia brasileira, conforme gráfico 4, consiste em outra forma de analisar a trajetória da parcela do PIB destinada ao comércio exterior.

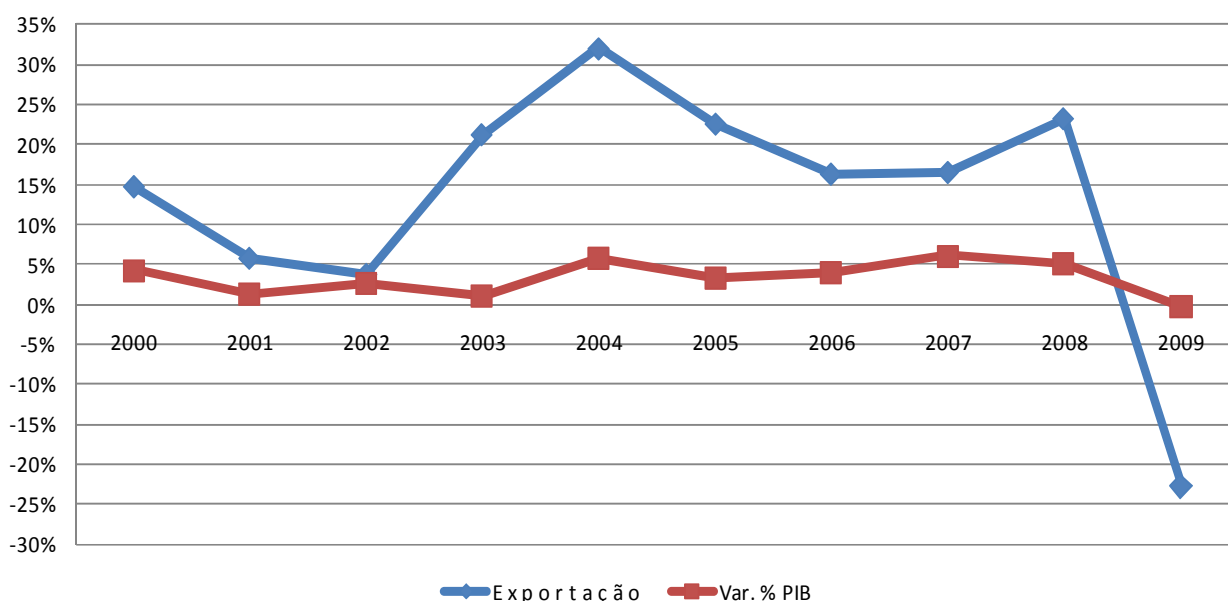


Gráfico 4 – Evolução da taxa de crescimento do valor das exportações e do PIB brasileiro em US\$.
 Fonte: SECEX/MDIC (2010)
 Elaboração própria

Com uma trajetória ascendente e superior ao PIB durante todo o período analisado, com exceção do último ano, esses resultados refutam os índices de coeficiente de exportação ao eliminar os efeitos do câmbio e demonstram um aumento real da participação do setor exportado sobre a produção nacional.

Ao observar o gráfico 5, é notável a mudança do comportamento das exportações brasileiras em 2009, de uma fase de seis anos em ascendência as exportações, assim como as importações, passam por um ponto de inflexão em 2008. Todavia, 2009 foi um ano atípico e ainda é cedo para considerar esse ponto de inflexão como o início de uma nova trajetória da corrente de comércio brasileira.

Esse rompimento do ciclo de taxas de crescimento excepcionais das exportações ocorrido ao final de 2008, deu-se devido à crise do *sub-prime* norte-americana que ao final do mesmo ano já havia se generalizado como uma crise do setor financeiro global.

Todavia, devido à rigidez dos contratos do comércio exterior, os efeitos da crise nas exportações brasileiras foram sentidos mais vigorosamente no início do ano de 2009, dado que após outubro de 2008, mês de estouro da crise, houve grande diminuição dos preços das *commodities* e crise de confiabilidade do mercado na recuperação da economia, que resultaram em uma variação negativa de 22,7%, nas exportações em 2008 ante o ano anterior.

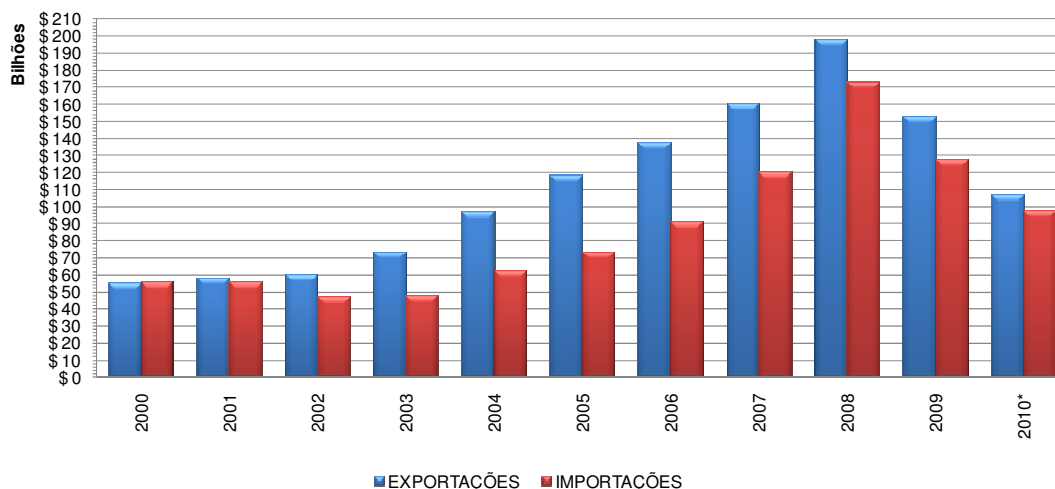


Gráfico 5 - Balança comercial brasileira em bilhões de US\$.

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

O impacto da crise de 2008 pode ser evidenciado na queda de 31% nos preços das *commodities* no ano de 2009 em comparação com o ano anterior. No Brasil, a queda de cerca de 23% das exportações foi consequência tanto da diminuição do *quantum* exportado quanto dos preços, que diminuíram, respectivamente, 11% e 13%.

Nos dados acumulados de janeiro a julho de 2010, observa-se uma recuperação das exportações que apresentaram um aumento de 27% frente ao ano de 2009, alcançando o valor de US\$ 106 bilhões, tal comportamento positivo da trajetória das exportações fortalece as expectativas de que o país alcançara a meta de exportação de US\$ 180 bilhões estipulada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para este ano.

Em relação às importações, no trinômio de 2000-2002 houve uma queda acumulada de 15,4%, de US\$ 56 bilhões em 2000 passou para US\$ 47 bilhões em 2002. Esse movimento decrescente das importações brasileiras é essencialmente decorrente da tendência de depreciação do real frente ao dólar norte-americano observada no período. De 2000 a 2002 o real apresentou constante depreciação frente ao dólar e atingiu seu pico em 2002 quando chegou a US\$ 3,53.

Após a mudança do regime cambial em 1999 especialmente a partir de 2000, o Brasil foi afetado por uma séria crise de confiabilidade dos agentes externos em relação a sua estabilidade macroeconômica e ao seu futuro. Em 2000 e 2001, devido ao um longo período de estiagem, o Brasil sofreu com uma severa crise

energética que desestabilizou o setor industrial e gerou incertezas sobre a capacidade de suas matrizes energéticas.

Concomitantemente, em 2001 a Argentina declarou moratória aos seus credores externos, o que foi considerado o ápice da crise que o país vinha enfrentando desde meados da década de 1990. O mercado internacional e seus agentes encaram essa situação como uma sinalização do possível comportamento dos demais países em desenvolvimento latino-americanos, acarretando em mais um fator negativo para a credibilidade brasileira.

Além disso, 2002 foi o ano da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que após décadas de discursos políticos de oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, suscitou profundas dúvidas quanto ao seu plano de políticas econômicas, que mais uma vez ocasionou em uma percepção negativa dos investidores em relação ao país.

Todos esses fatores contribuíram para que o Brasil perdesse credibilidade frente aos investidores, uma vez que consideravam investimentos no Brasil de alto risco. Dessa forma, todos esses fatores conjunturais colaboraram para o comportamento de depreciação cambial da moeda brasileira no trinômio 2000-2002, fator determinante para o comportamento decrescente das importações brasileiras.

Já no período de 2003 a 2008 as importações brasileiras exibiram um crescimento acumulado de 258%, passando de US\$ 48 bilhões em 2003 para US\$ 173 bilhões em 2008. Esse crescimento exponencial observado no período deve-se principalmente a pela mudança do comportamento do câmbio, que em 2002 passou por uma inflexão e mudou sua trajetória para uma tendência de apreciação cambial. Além disso, as altas taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) observadas no período foram de grande relevância para o aumento das importações. De 2003 a 2008 o crescimento acumulado da produção nacional interna foi de 27,9%, como demonstrado no gráfico 6.

Analisando mais profundamente o comportamento das importações nesse período, nota-se que em 2003 as importações foram alavancadas pelo aumento dos preços dos produtos importados, cuja elevação foi de 6,14% no período enquanto que o *quantum* importado apresentou uma queda de 3,64%. Isso ocorreu uma vez que em 2003 apesar de estar com tendência apreciativa a taxa de câmbio ainda encontrava-se em um patamar elevado, cerca de US\$ 2,88, além disso a economia cresceu apenas 1,1% durante o período.

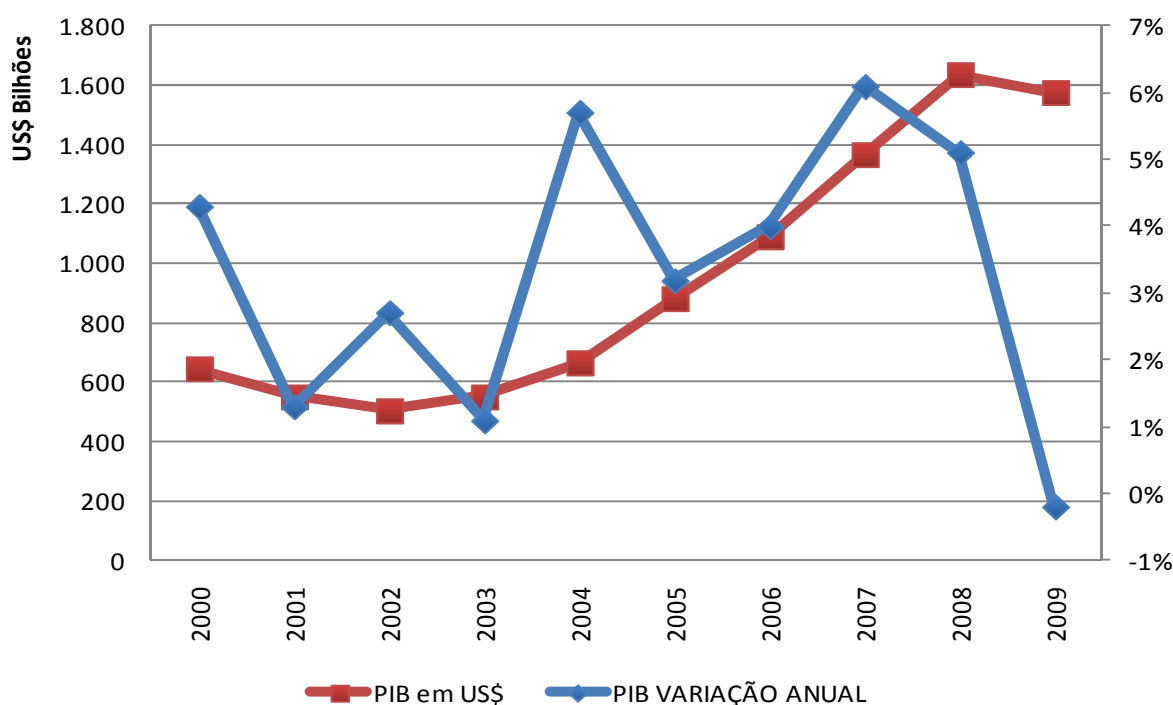


Gráfico 6 - Crescimento real do PIB.

Fonte: MDIC e FMI (2010)

Elaboração própria

A partir de 2004 o câmbio continuou com sua trajetória de apreciação que durou até o ano de 2007, nesses quatro anos a apreciação cambial foi de 33%, ao final de 2007 o câmbio encontrava-se a US\$ 1,77. Também durante esse período, a economia brasileira, medida através do PIB, cresceu 20,37%, que juntamente com a taxa de câmbio favorável contribuiu para expansão das importações.

O coeficiente de penetração das importações (CI) apresentado no gráfico 7, índice calculado através da razão entre as importações e o PIB diminuído das exportações e somado as importações, mensura a parcela nacional de consumo aparente atendido pelas importações, e responde diretamente a movimentos do PIB e da taxa de câmbio.

Apesar do aumento contínuo das importações de 2004 a 2007, observa-se que a partir de 2004 a trajetória do índice foi decrescente, que se deu devido ao fato das importações crescerem a um ritmo menos acelerado do que as exportações e o PIB nacional.

Observa-se que em 2007, com a taxa de câmbio em torno de R\$ 1,77, ante o nível de R\$ 2,13 do ano anterior, somado a taxa de 6,1% de crescimento do PIB, houve um aumento significativo do índice. Contudo, em 2008, devido principalmente a depreciação o índice passou a apresentar trajetória decrescente, que se manteve em 2009 mesmo com um movimento apreciativo da taxa de cambio, em decorrência

da estagnação econômica enfrentada nesse ano, representada pela queda de 0,2% do PIB e da diminuição mais que proporcional das importações em relação às exportações.

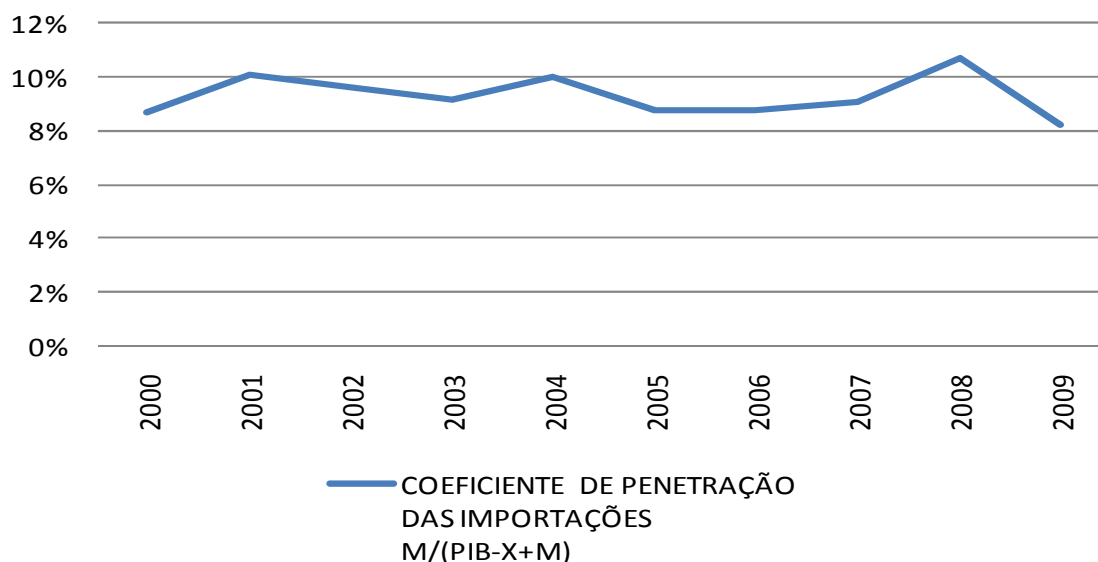


Gráfico 7 - Coeficiente de penetração das importações.
 Fonte: MDIC e FMI (2010)
 Elaboração própria

Por conseguinte, observa-se que de 2004 a 2007, as importações brasileiras aumentaram 92% passando de US\$ 63 bilhões em 2004 para US\$ 120,6 bilhões em 2007, como demonstrado na tabela 1.

Como observado na tabela 2 os preços dos produtos importados nesse período apresentaram uma alta acumulada de 36%, enquanto que o *quantum* importado aumentou 62%. Dessa forma, observa-se o efeito positivo do crescimento econômico e da apreciação cambial sobre as importações brasileiras.

No ano de 2008 as importações cresceram 44%, atingindo a cifra de US\$ 173 bilhões, nesse ano tanto o *quantum* quanto o preço dos bens e serviços importados foram relevantes, uma vez que cresceram 18% e 22%, respectivamente. Isso ocorreu devido à trajetória de crescimento econômico do país, que apresentou um crescimento de 5,1% e à mudança da trajetória do câmbio, que em 2008 passou por um ponto de inflexão devido ao estouro da crise norte-americana, e exibiu uma depreciação de 32% em relação a 2007, passando de US\$ 1,77 para US\$ 2,33.

Em 2009, devido ainda aos efeitos da crise do *sub-prime*, as importações ostentaram uma variação negativa de 26%, uma queda de US\$ 45 bilhões, resultando no valor final de US\$ 128 bilhões. Os preços e o *quantum* importado

apresentaram quedas de 11% e 17% respectivamente. Apesar do câmbio ter sofrido uma apreciação de 25% e chegar ao valor de US\$ 1,74, situação favorável para as importações, e os preços dos produtos internacionais ficaram relativamente mais baratos, a situação econômica em 2009 foi de estagnação, com um decréscimo de 0,2% do PIB.

Com uma trajetória ascendente desde 2000, quando encontrava-se deficitário em US\$ 731 milhões, o saldo da balança comercial atingiu seu ápice em 2006 com um resultado positivo de US\$ 46 bilhões, como pode ser observado no gráfico 8. Esse crescimento significativo do saldo, deu-se principalmente em função do crescimento mais que proporcional das exportações em relação as importações

Em 2007, devido especialmente ao câmbio favorável e altas taxas de crescimento do PIB, houve um aumento das importações, o que fez o resultado da balança comercial no período cair para US\$ 40 bilhões, uma queda de 13,8% em relação a 2006.

O ano de 2008, foi um período atípico em detrimento da crise *do sub-prime* norte-americana. Graças a um aumento de 43% das importações de 2007 a 2008, ao final de 2008 o resultado da balança comercial foi de US\$ 24,9 bilhões, cifra 38% menor do que em 2007.

Ainda sofrendo com os efeitos da crise de 2008, em 2009 o resultado da balança comercial foi de US\$ 25 bilhões, valor ligeiramente maior que o superávit de 2008, devido à retração mais que proporcional das importações ante as exportações no período.

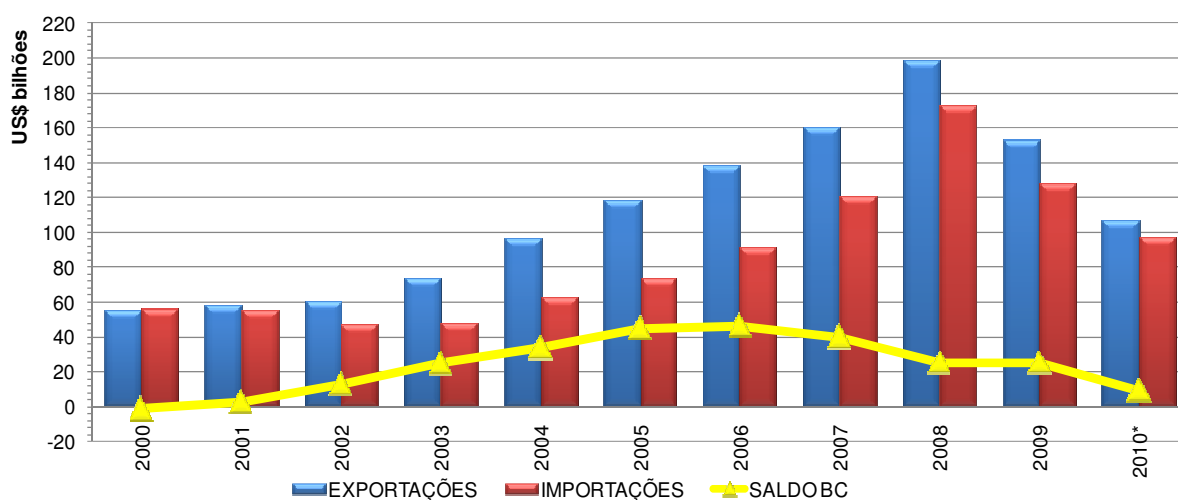


Gráfico 8 - Balança Comercial Brasileira.
Fonte: MDIC e FMI (2010)
Elaboração própria

2.2 Evolução do grau de abertura e da inserção do Brasil no comércio mundial.

O grau de abertura de uma economia, consiste na soma das exportações e importações dividida pelo PIB e representa a proporção entre corrente de comércio e a produção total nacional. Conforme demonstrado na tabela 5, observa-se que a trajetória do grau de abertura econômica brasileiro apresentou uma trajetória coerente com os movimentos das exportações e importações.

Tabela 4 - Evolução do grau de abertura comercial brasileira.

Ano	Corrente Comércio	PIB em US\$	Grau de abertura
2000	110.969.583.003	644.283.000.000	17,22%
2001	113.888.351.437	554.410.000.000	20,54%
2002	107.681.307.234	505.712.000.000	21,29%
2003	121.528.788.705	552.239.000.000	22,01%
2004	159.513.114.395	663.552.000.000	24,04%
2005	192.129.560.571	881.754.000.000	21,79%
2006	229.158.310.336	1.089.157.000.000	21,04%
2007	281.266.519.080	1.366.220.000.000	20,59%
2008	370.927.210.523	1.635.521.000.000	22,68%
2009	280.712.486.473	1.574.039.000.000	17,83%

Fonte: SECEX, FMI (2010)

Elaboração própria

De 2000 a 2004, o grau de abertura econômica brasileira cresceu 40%, passando de 17,2% para 24% devido principalmente ao crescimento muito mais vigoroso da corrente de comércio em relação ao PIB, que nesse período de cinco anos apresentaram elevações acumuladas de 43,7% e 16% respectivamente. Dessa forma, os efeitos negativos da apreciação cambial, observada no binômio 2003 – 2004, sobre o resultado do cálculo do grau de abertura, devido ao aumento do valor do PIB em dólares e assim diminuição do resultado final do cálculo do grau de abertura, foram compensados pelo crescimento vertiginoso da corrente de comércio.

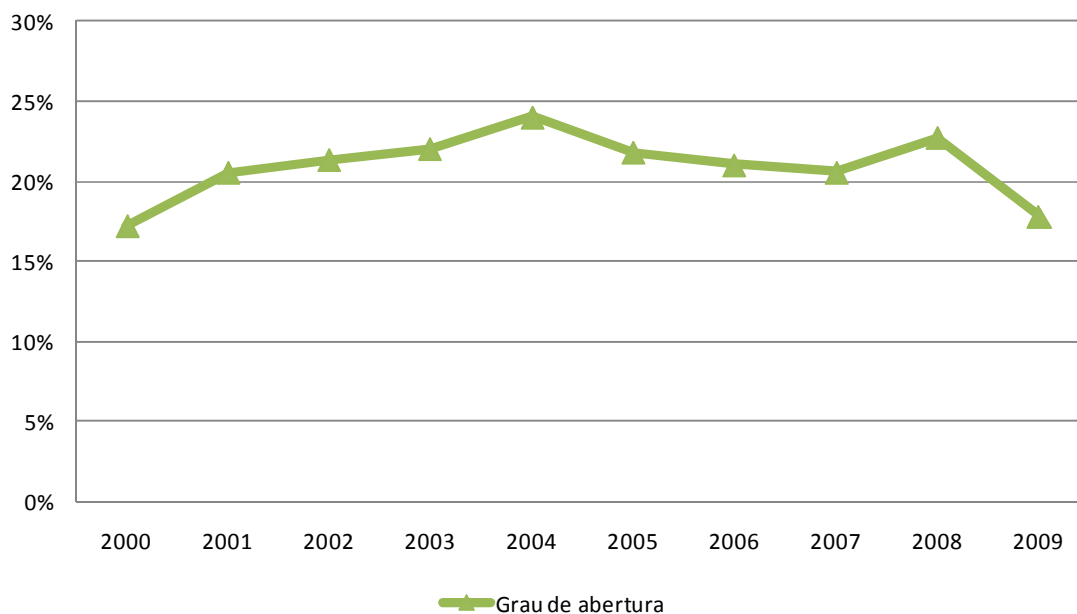


Gráfico 9 - Grau de abertura econômica.

Fonte: MDIC e FMI (2010)

Elaboração própria

De 2005 a 2007 o grau de abertura econômica brasileira caiu cerca de 14%, passando de 24% em 2004 para 20,6% em 2007. Apesar de durante esse período, as exportações e importações brasileiras continuarem com exuberantes taxas de crescimento, o PIB também apresentou taxas consideráveis de expansão, 14% acumulados entre os anos de 2005 e 2007, que juntamente com a tendência de apreciação da taxa de câmbio, contribuiu para a diminuição do grau de abertura.

Em 2008 a corrente de comércio cresceu novamente, cerca de 32%, em relação a 2007, que somado a depreciação cambial de 32%, permitiu o aumento de 10,15% do grau de abertura, alcançando o nível de 22,7%, mesmo com um crescimento econômico de 5,1%.

Ao analisar os dados de 2009, não é possível mensurar a queda do grau de abertura, uma vez que 2009 foi um ano economicamente atípico. Com uma retração da corrente de comércio de 24%, decréscimo de 0,2% do PIB e apreciação cambial de mais de 25% em relação a 2008, houve uma diminuição do grau de abertura para 17,8%. Contudo, devido a todos esses fatores conjunturais do ano de 2009, não é correto afirmar que o país passe por um processo de fechamento econômico, mesmo com uma diminuição de 21% do grau de abertura econômica.

Outra forma de analisar a abertura comercial consiste, na análise da evolução da corrente de comércio e do PIB. Através dessa análise é possível minimizar os efeitos de distorção da taxa de câmbio sobre os resultados.

De acordo com o gráfico 10 verifica-se que, de 2003 a 2008 o crescimento da corrente de comércio brasileira tem sido expressivamente superior ao crescimento do PIB, evidenciando assim, uma situação de ampliação da abertura econômica.

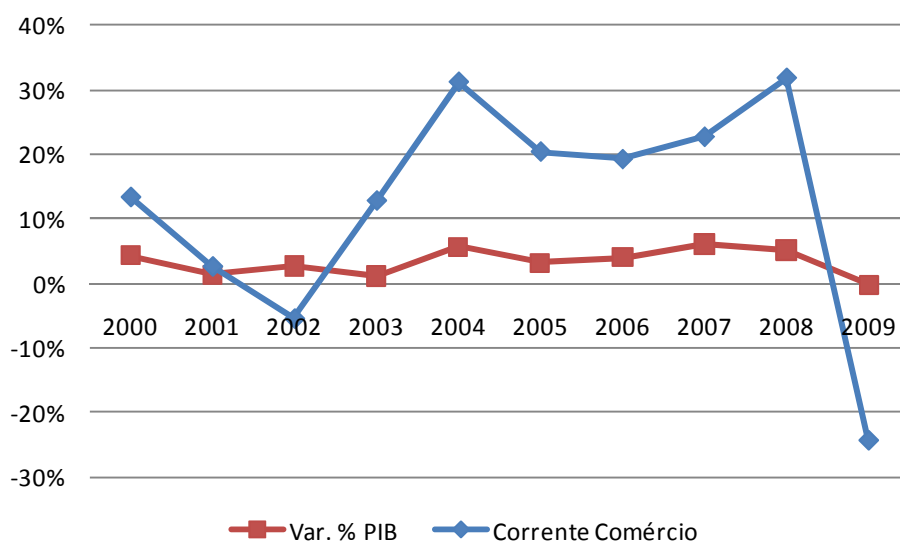


Gráfico 10 - Evolução da corrente de comércio em US\$ e da variação real do PIB.
Fonte: MDIC e FMI (2010)
Elaboração própria

Além disso, mesmo em 2002 e 2009, anos em que o crescimento da corrente de comércio foi inferior ao crescimento do PIB, é incorreto afirmar que houve uma retração da abertura comercial brasileira, uma vez que ambos os anos, foram períodos de crise e economicamente atípicos.

Em comparação com outros países em desenvolvimento, o Brasil é considerado um dos países mais fechados. De acordo com dados da OMC, em 2008, Índia, Rússia e China, para limitar a comparação aos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), apresentaram grau de abertura de 42,4%, 47,5%, e 59,2%, respectivamente enquanto que o Brasil apresentou índice de 22,7%.

Apesar do cálculo do grau de abertura ser influenciado por variáveis de caráter conjuntural, tais como variações da taxa de câmbio, taxa de crescimento do PIB e corrente de comércio, os motivos para a estagnação do grau de abertura econômica brasileira encontram-se nas variáveis estruturais da economia, tais como excesso de barreiras alfandegárias, falta de competitividade no mercado internacional e pauta de exportação limitada.

Além disso, outro ponto relevante para a análise do relativo fechamento da economia brasileira em comparação com outros países em desenvolvimento consiste no grande crescimento da demanda agregada doméstica desde a adoção

do plano Real, no seu ainda vasto potencial de crescimento e à incapacidade produtiva brasileira em atender ambos os mercados, doméstico e internacional.

Além do baixo grau de abertura econômica, o Brasil também apresenta limitada participação (*share*) do comércio mundial. Conforme dados da OMC (Organização Mundial de Comércio) apresentados na tabela 6, apesar da participação brasileira nas exportações mundiais ter aumentado 45% de 2000 a 2008 e a participação nas importações 26% no mesmo período, ambas continuam muito baixas.

Tabela 5 - Participação do Brasil no comércio mundial.

ANO	EXPORTAÇÕES MUNDIAIS EM MILHOES US\$	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM MILHOES US\$	PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS	COLOCAÇÃO NO RANKING MUNDIAL DE PAÍSES EXPORTADORES	IMPORTAÇÕES MUNDIAIS EM MILHOES US\$	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM MILHOES US\$	PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS	COLOCAÇÃO NO RANKING MUNDIAL DE PAÍSES IMPORTADORES
2000	6.456.000	55.086	0,85%	28º	6.727.000	59.053	0,88%	23º
2001	6.191.000	58.223	0,94%	26º	6.485.000	58.640	0,90%	23º
2002	6.493.000	60.362	0,93%	27º	6.745.000	49.716	0,74%	27º
2003	7.586.000	73.084	0,96%	25º	7.865.000	50.859	0,65%	30º
2004	9.219.000	96.678	1,05%	25º	9.571.000	66.433	0,69%	29º
2005	10.489.000	118.529	1,13%	23º	10.857.000	77.628	0,72%	28º
2006	12.112.000	137.807	1,14%	24º	12.430.000	95.836	0,77%	28º
2007	13.987.000	160.649	1,15%	24º	14.273.000	126.564	0,89%	28º
2008	16.070.000	197.942	1,23%	22º	16.422.000	182.408	1,11%	24º

Fonte: OMC (2010)

Elaboração própria

Novamente em comparação aos BRIC's, o Brasil fica muito atrás da China, 2º maior país exportador e 3º maior importador, Rússia 9º maior exportador e 17º importador, com relação à Índia, que é o 27º país que mais exporta, o Brasil fica cinco posições na frente, mas fica atrás em relação as importações, sendo a Índia o 16º país que mais importa no mundo.

Como será mais profundamente analisado no próximo capítulo, um dos principais motivos para essa má colocação brasileira no ranking de países exportadores deve-se a limitação do Brasil em sua pauta de exportação, a qual concentra-se principalmente em produtos primários e de baixa intensidade tecnológica.

Ainda em comparação ao BRIC's, é possível concluir certo padrão no que diz respeito a coeficiente de exportação e crescimento econômico. De acordo com dados disponibilizados pela OMC dispostos na tabela 7, observa-se que a idéia, atualmente em voga, de que os países que mais exportam são os que mais crescem

verifica-se empiricamente. Contudo, são diversas e complexas as razões determinantes do crescimento econômico de cada país e esse paradoxo entre exportação e crescimento apenas demonstra o peso do comércio internacional como um desses determinantes.

Tabela 6 - Coeficiente de exportação e crescimento real do PIB EM 2008.

	PIB EM US\$ MILHÕES	EXPORTAÇÕES EM US\$ MILHÕES	PIB VARIÇÃO REAL	COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO
BRASIL	1.612.539	197.942	5,10%	12,28%
CHINA	3.860.039	1.428.332	9,00%	37,00%
RÚSSIA	1.607.816	471.603	7,00%	29,33%
ÍNDIA	1.217.490	177.499	7,00%	14,58%

Fonte: OMC (2010)
Elaboração própria.

Por fim, pode-se concluir que durante os dez anos analisados neste trabalho o comércio internacional brasileiro apresentou seu melhor desempenho desde os anos 1970. De 2000 a 2009 a corrente de comércio cresceu 153%, as exportações 178% e as importações 129%.

De 2000 a 2004 as exportações foram alavancadas pelo aumento do *quantum* exportado, enquanto que de 2005 a 2008, foram os preços que tiveram maior representatividade no aumento das exportações. Esse maior peso dos preços no crescimento das exportações deve-se principalmente ao aumento vertiginoso dos preços internacionais das *commodities*, que de 2003 a 2008 cresceu 165%, assim, conclui-se que o período de maior crescimento das exportações brasileiras, de 2003 a 2008, consiste no mesmo período de maior crescimento dos preços internacionais das *commodities*.

Esse expressivo aumento do índice de preços internacionais das *commodities* evidencia o aquecimento econômico em que o mundo se encontrava.

Após diversas crises desde meados até o final da década de 1990, de 2000 a 2008 houve certa calma quanto a crises econômicas de grande abrangência, a China surgiu como novo motor da economia global e os países de terceiro mundo passaram a ser reconhecidos como países em desenvolvimento e a representar parte significativa do mercado mundial. Todos esses fatores contribuíram para a prosperidade econômica mundial que perdurou até a crise norte-americana de 2008.

Sem dúvida, após a análise dos dados neste capítulo, é possível afirmar que o comércio internacional brasileiro foi beneficiado e impulsionado pelo aquecimento econômico mundial.

Com a crise econômica generalizada ao final de 2008, no ano de 2009 devido à queda dos preços das *commodities* e da demanda global a balança comercial brasileira apresentou queda nas exportações e nas importações.

No que diz respeito à participação do Brasil nas exportações mundiais totais, apesar de ter aumentado cerca de 45% ainda continua pequena, 1,23%. Assim, como o grau de abertura econômica, que em comparação a outros países também é baixo. Contudo, ao analisar a evolução das exportações e do PIB, constata-se que as exportações cresceram a um ritmo muito mais acelerado que o PIB, evidenciando assim um processo de abertura da economia maior do que o grau ratificado pelo índice de abertura econômica, uma vez que esse sofre com efeitos do comportamento cambial.

Além de atrelado ao crescimento mundial, não apresentando significativos ganhos de competitividade, outro grave problema do setor exportador brasileiro consiste na limitação da pauta de exportação, sendo a sua maior parte de bens primários e de baixa intensidade tecnológica, o que será analisado mais profundamente na próxima seção.

3 MUDANÇAS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES E NOS PARCEIROS COMERCIAIS BRASILEIROS

Nessa seção do trabalho, as exportações brasileiras e o seu crescimento são analisadas mais minuciosamente, principalmente no que diz respeito a análise qualitativa desse crescimento.

Na primeira parte, as exportações são examinadas pela ótica dos produtos, através da análise da pauta de exportações brasileira. Primeiramente, a pauta de exportação é dividida por fator agregado, em produtos básicos, semi e manufaturados, e em um segundo momento, é feita uma análise alternativa segundo a classificação da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico).

Na segunda parte, as exportações são analisadas conforme a ótica dos mercados. Assim, são analisados os parceiros comerciais brasileiros e as mudanças por que passaram ao longo do período estudado.

3.1 Mudanças na pauta de exportações

É incontestável o crescimento quantitativo das exportações brasileiras entre 2000 e 2009. Nessa parte do trabalho, será analisada a qualidade desse crescimento, quanto à mudança estrutural do padrão de especialização do comércio internacional brasileiro.

Primeiramente, a composição setorial da pauta exportadora brasileira é dividida e analisada através da classificação dos produtos por fator agregado, que posteriormente será desmembrada de acordo com os principais produtos de cada categoria. Em um segundo momento, a pauta de exportação é analisada de acordo com a intensidade tecnológica dos produtos conforme a classificação da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). E por fim, são examinadas a evolução dos índices de termos de troca e as divergentes opiniões acerca da possibilidade de reprimarização do comércio exterior nacional.

Conforme a definição divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os produtos classificados por fator agregado são ordenados da seguinte maneira: produtos básicos que consistem em bens de baixo

valor agregado normalmente intensivos em trabalho e com cadeia produtiva simples, produtos semimanufaturados, bens industrializados com baixo grau de transformação, produtos manufaturados, bens também industrializados, mas com maior tecnologia aplicada ao seu processo de transformação e conseqüente maior valor agregado e transações especiais que englobam bens inclusos na balança comercial, mas que não correspondem as demais categorias, tais quais: comércio de aeronaves, plataformas de perfuração de petróleo, bens móveis de migrantes, doações entre outros.

Através do gráfico 11, é possível observar a trajetória das exportações desagregadas por fator agregado. De 2000 a 2008 houve um significativo crescimento em dólares norte americanos da exportação dos bens de todas as categorias.

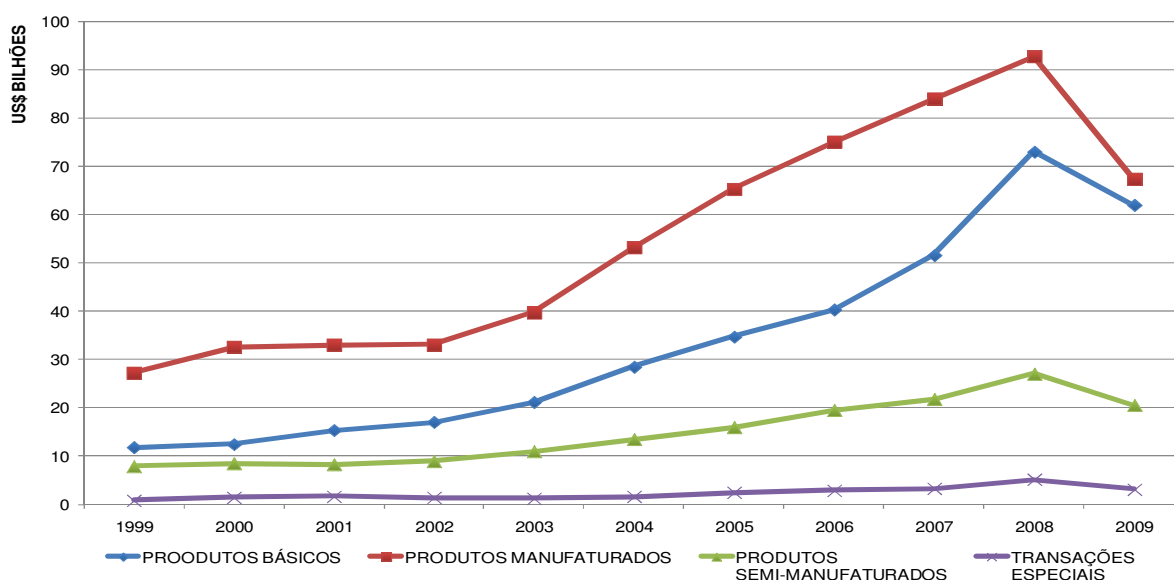


Gráfico 11 - Evolução das exportações por fator agregado.

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Com relação aos produtos semimanufaturados, de 2000 a 2008 houve um aumento de 219% do valor exportado, que passou de US\$ 8,5 bilhões em 2000 para US\$ 27 bilhões em 2008.

Conforme evidenciado no gráfico 12, em 2000 e de 2005 a 2009 as exportações de semimanufaturados foram mais fortemente estimuladas pelo preço, principalmente no período de 2005 a 2009, em que a alta dos preços foi de 24% acompanhando o *boom* dos preços internacionais das commodities, uma vez que grande parte dos produtos da categoria é derivada de minérios. Já entre os anos de

2001 a 2004, foi o *quantum* exportado que desempenhou maior influencia sobre o aumento das exportações, com elevação de 15%.

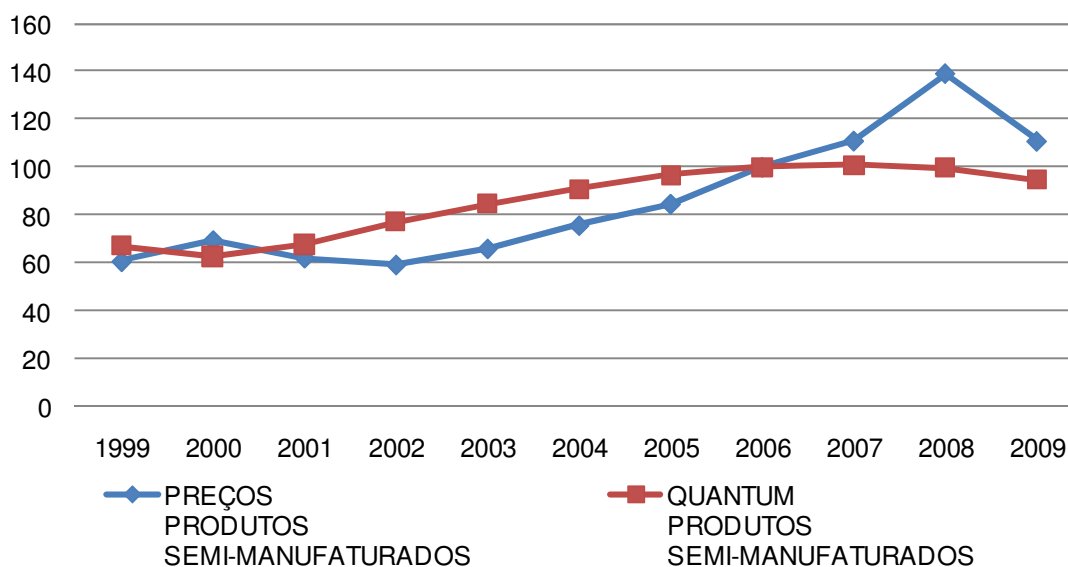


Gráfico 12 - Índice de quantum e preço dos produtos semimanufaturados.

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Ao decompor os produtos semimanufaturados em seus principais produtos, como apresentado na tabela 8, observa-se uma grande concentração nos cinco mais representativos, sendo eles: pastas químicas de madeira, açúcar de cana bruto, produtos semimanufaturados de ferro e aço, couros e peles e alumínio bruto, cuja representatividade no total de exportações de semimanufaturados passou de 64% em 2000 para 65% em 2009, sem grande variação.

Entretanto, houve aumento na participação do principal produto da categoria, pastas químicas de madeira, que passaram de 19% em 2000 para 27% em 2009, em consequência houve uma diminuição de 17,4% na participação dos demais principais produtos e elevação de 4% dos demais produtos não categorizados individualmente, durante o período analisado.

Durante esse mesmo período os produtos manufaturados apresentaram alta de 218,5%, passando de US\$ 8,4 bilhões em 2000 para US\$ 27 bilhões em 2008. Como pode ser observadas no gráfico 13, de 2000 a 2003 e no trinômio 2007-2009, as exportações de produtos manufaturados foram impulsionadas pelo aumento dos preços, enquanto que de 2004 a 2006 foi o aumento do *quantum* exportado que alavancou a exportação dos manufaturados.

Tabela 7 - Exportação dos produtos semimanufaturados e seus principais produtos em milhões de US\$.

Discriminação	2000		2001		2002		2003		2004	
	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.
Produtos semimanufaturados	8 499	100,0%	8 243	100,0%	8 965	100,0%	10 945	100,0%	13 433	100,0%
Pastas químicas de madeira	1 601	18,8%	1 246	15,1%	1 160	12,9%	1 350	12,3%	1 511	11,2%
Açúcar de cana, em bruto	761	9,0%	1 401	17,0%	1 111	12,4%	1 744	15,9%	1 722	12,8%
Produtos semimanufaturados, de ferro ou aços	1 360	16,0%	1 081	13,1%	1 410	15,7%	1 619	14,8%	2 124	15,8%
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	756	8,9%	872	10,6%	956	10,7%	573	5,2%	1 179	8,8%
Alumínio em bruto	946	11,1%	676	8,2%	813	9,1%	486	4,4%	598	4,5%
Madeira serrada ou fendida longitud. de espessura >6mm	520	6,1%	532	6,5%	577	6,4%	1 042	9,5%	1 156	8,6%
Ferro-ligas	456	5,4%	390	4,7%	433	4,8%	1 057	9,7%	1 290	9,6%
Ferro fundido bruto e ferro spiegel (ferro-gusa)	446	5,2%	428	5,2%	473	5,3%	903	8,3%	952	7,1%
Ouro em formas semimanufaturadas, não monetário	375	4,4%	336	4,1%	349	3,9%	327	3,0%	413	3,1%
Óleo de soja em bruto	300	3,5%	415	5,0%	675	7,5%	648	5,9%	838	6,2%
Demais	977	11,5%	867	10,5%	1 009	11,3%	1 196	10,9%	1 649	12,3%

Discriminação	2005		2006		2007		2008		2009	
	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.
Produtos semimanufaturados	15 963	100,0%	19 523	100,0%	21 800	100,0%	27 073	100,0%	16 464	100,0%
Pastas químicas de madeira	2 382	14,9%	3 936	20,2%	3 130	14,4%	3 650	13,5%	4 509	27,4%
Açúcar de cana, em bruto	2 034	12,7%	2 479	12,7%	3 012	13,8%	3 901	14,4%	2 634	16,0%
Produtos semimanufaturados, de ferro ou aços	2 304	14,4%	2 277	11,7%	2 340	10,7%	4 002	14,8%	1 433	8,7%
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	1 810	11,3%	1 637	8,4%	1 867	8,6%	3 145	11,6%	996	6,0%
Alumínio em bruto	712	4,5%	839	4,3%	1 465	6,7%	2 307	8,5%	1 106	6,7%
Madeira serrada ou fendida longitud. de espessura >6mm	1 022	6,4%	829	4,2%	1 222	5,6%	1 985	7,3%	1 127	6,8%
Ferro-ligas	1 394	8,7%	1 872	9,6%	2 185	10,0%	1 867	6,9%	992	6,0%
Ferro fundido bruto e ferro spiegel (ferro-gusa)	1 020	6,4%	1 495	7,7%	1 517	7,0%	1 417	5,2%	906	5,5%
Ouro em formas semimanufaturadas, não monetário	459	2,9%	659	3,4%	791	3,6%	1 032	3,8%	863	5,2%
Óleo de soja em bruto	883	5,5%	846	4,3%	927	4,3%	680	2,5%	327	2,0%
Demais	1 943	12,2%	2 655	13,6%	3 346	15,3%	3 088	11,4%	1 570	9,5%

Fonte: Banco Central (2010)

Elaboração própria

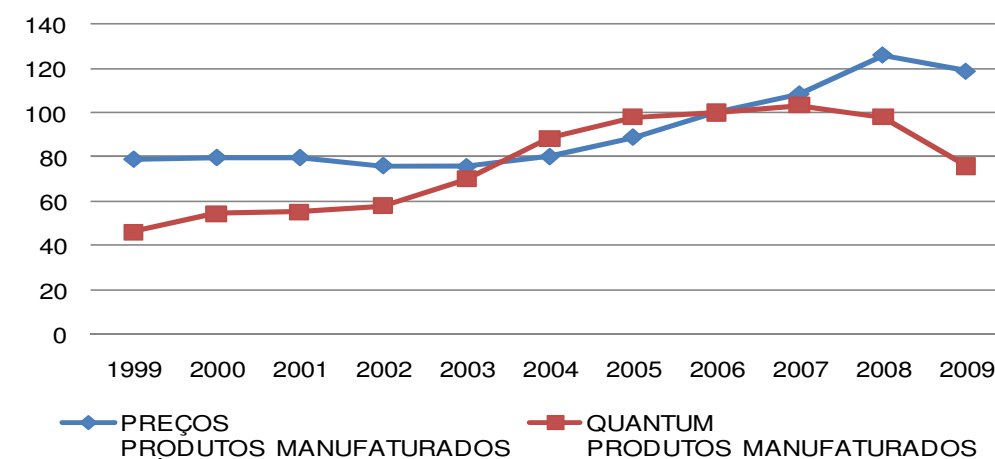


Gráfico 13 - Índice de quantum e preço dos produtos manufaturados.

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Como demonstrado pela tabela 9, apesar de a concentração das exportações de manufaturados ter diminuído de 2000 para 2009, a categoria continua com altos níveis de concentração em seus principais produtos. Em 2000, a soma da participação dos dez principais produtos manufaturados era de 41,4%, em 2009, essa participação diminuiu 79% e passou a ser de 32,6.

Os produtos básicos durante os nove anos examinados exibiram um crescimento vigoroso, de 2000 a 2008 apresentaram uma alta de 481% no valor total exportado em US\$, passando de US\$ 12,6 bilhões para US\$ 73 bilhões.

Como verificado no gráfico 14, o aumento das exportações dos produtos básicos foram impulsionados pelos aumentos do preço e *quantum*, que apresentaram variações positivas de 150% e 132%, respectivamente, evidenciando o aumento tanto da demanda internacional por produtos primários quanto dos preços internacionais das *commodities*.

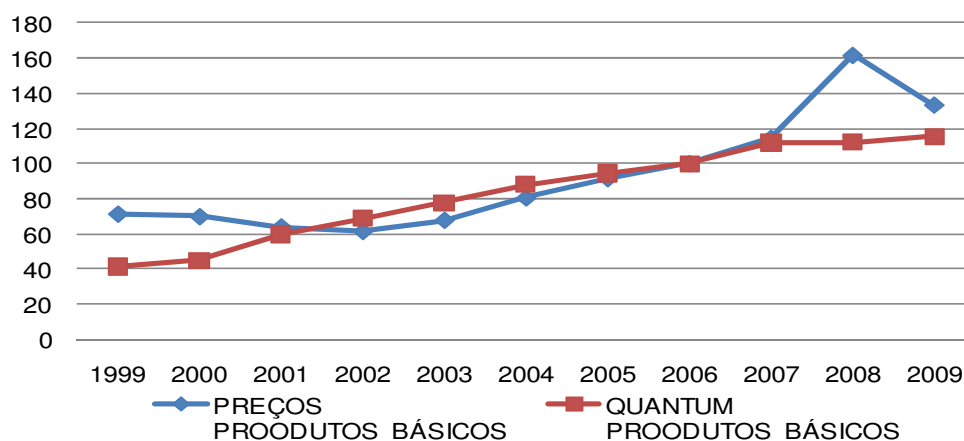


Gráfico 14 - Índice de quantum e preço dos produtos básicos.

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Tabela 8 - Exportação dos produtos manufaturados e seus principais produtos em milhões de US\$.

Discriminação	2000*		2001*		2002*		2003*		2004*	
	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.
Produtos manufaturados	32 528	100,0%	32 901	100,0%	33 000	100,0%	39 764	100,0%	53 137	100,0%
Aviões	3 054	9,4%	2 839	8,6%	2 335	7,1%	1 939	4,9%	3 269	6,2%
Calçados, suas partes e componentes	1 617	5,0%	1 684	5,1%	1 516	4,6%	2 656	6,7%	3 352	6,3%
Automóveis de passageiros	1 768	5,4%	1 951	5,9%	2 005	6,1%	1 495	3,8%	1 979	3,7%
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	1 635	5,0%	1 762	5,4%	1 782	5,4%	790	2,0%	1 129	2,1%
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	1 206	3,7%	1 172	3,6%	1 159	3,5%	1 775	4,5%	1 571	3,0%
Motores para veículos automóveis e suas partes	1 064	3,3%	1 112	3,4%	1 341	4,1%	501	1,3%	601	1,1%
Suco de laranja	1 019	3,1%	813	2,5%	869	2,6%	158	0,4%	498	0,9%
Produtos laminados planos de ferro ou aços	859	2,6%	602	1,8%	813	2,5%	1 006	2,5%	1 199	2,3%
Bombas, compressores, ventiladores e suas partes	725	2,2%	648	2,0%	694	2,1%	1 552	3,9%	1 814	3,4%
Papel e cartão, p/ escrita, impressão ou p/ fins gráficos	518	1,6%	521	1,6%	445	1,3%	-	0,0%	1 177	2,2%
Açúcar refinado	438	1,3%	878	2,7%	982	3,0%	1 410	3,5%	2 007	3,8%
Pneumáticos	525	1,3%	468	2,7%	489	3,0%	334	3,5%	431	3,8%
Veículos de carga	696	2,1%	484	1,5%	428	1,3%	671	1,7%	1 123	2,1%
Polímeros de etileno, propileno e estireno	447	1,4%	343	1,0%	328	1,0%	522	1,3%	687	1,3%
Chassis com motor e carroçarias p/ veículos automóveis	365	1,1%	411	1,2%	367	1,1%	466	1,2%	887	1,7%
Móveis e suas partes, exceto médico-cirúrgicos	488	1,5%	483	1,5%	535	1,6%	615	1,5%	690	1,3%
Motores, geradores e transform. elétricos e suas partes	377	1,2%	458	1,4%	440	1,3%	795	2,0%	1 033	1,9%
Madeira compensada ou contraplacada e semelhantes	374	1,1%	360	1,1%	439	1,3%	548	1,4%	570	1,1%
Máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração	301	0,9%	344	1,0%	359	1,1%	849	2,1%	1 091	2,1%
Cigarros	6	0,0%	3	0,0%	9	0,0%	457	1,1%	605	1,1%
Demais	15 049	46,3%	15 566	47,3%	15 663	47,5%	21 226	53,4%	27 424	51,6%
Discriminação	2005*		2006*		2007*		2008*		2009*	
	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.
Produtos manufaturados	65 353	100,0%	75 018	100,0%	83 943	100,0%	92 683	100,0%	54 013	100,0%
Aviões	3 168	4,8%	3 241	4,3%	4 719	5,6%	5 495	5,9%	3 111	5,8%
Calçados, suas partes e componentes	4 395	6,7%	4 597	6,1%	4 653	5,5%	4 916	5,3%	2 574	4,8%
Automóveis de passageiros	2 475	3,8%	2 972	4,0%	3 186	3,8%	3 510	3,8%	1 961	3,6%
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	1 537	2,4%	2 231	3,0%	1 971	2,3%	1 833	2,0%	1 919	3,6%
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	2 895	4,4%	3 068	4,1%	2 353	2,8%	2 550	2,8%	1 508	2,8%
Motores para veículos automóveis e suas partes	906	1,4%	1 333	1,8%	1 707	2,0%	2 167	2,3%	1 470	2,7%
Suco de laranja	766	1,2%	1 605	2,1%	1 478	1,8%	2 390	2,6%	1441	2,7%
Produtos laminados planos de ferro ou aços	1 572	2,4%	2 252	3,0%	2 292	2,7%	2 964	3,2%	1 341	2,5%
Bombas, compressores, ventiladores e suas partes	1 892	2,9%	1 863	2,5%	1 912	2,3%	1 881	2,0%	1 180	2,2%
Papel e cartão, p/ escrita, impressão ou p/ fins gráficos	149	0,2%	-	0,0%	682	0,8%	1 485	1,6%	1 130	2,1%
Açúcar refinado	2 383	3,6%	2 718	3,6%	2 532	3,0%	1 921	2,1%	1043	1,9%
Pneumáticos	576	3,6%	1 109	3,6%	1 294	3,0%	1 547	2,1%	1 137	1,9%
Veículos de carga	1 682	2,6%	1 869	2,5%	2 054	2,4%	2 176	2,3%	927	1,7%
Polímeros de etileno, propileno e estireno	1 008	1,5%	1 375	1,8%	1 549	1,8%	1 312	1,4%	904	1,7%
Chassis com motor e carroçarias p/ veículos automóveis	1 239	1,9%	1 239	1,7%	1 575	1,9%	1 956	2,1%	727	1,3%
Móveis e suas partes, exceto médico-cirúrgicos	830	1,3%	1 018	1,4%	1 383	1,6%	1 493	1,6%	736	1,4%
Motores, geradores e transform. elétricos e suas partes	1 217	1,9%	1 371	1,8%	1 568	1,9%	1 654	1,8%	733	1,4%
Madeira compensada ou contraplacada e semelhantes	1 066	1,6%	1 199	1,6%	1 838	2,2%	1 653	1,8%	764	1,4%
Máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração	1 205	1,8%	1 497	2,0%	1 615	1,9%	1 660	1,8%	678	1,3%
Cigarros	925	1,4%	1 020	1,4%	1 102	1,3%	1 316	1,4%	801	1,5%
Demais	33 468	51,2%	37 440	49,9%	42 481	50,6%	46 803	50,5%	27 929	51,7%

Fonte: Banco Central (2010)

Elaboração própria

Na decomposição da categoria de produtos básicos em seus principais produtos, exibida na tabela 10, observa-se grande grau de centralização nos cinco principais produtos da categoria, minérios de ferro e seus concentrados, farelo e resíduos da extração de óleo de soja, café cru em grão, carne e miúdos de frango e soja. A participação relativa apesar de ter diminuído 3,4% de 2000 a 2009, ainda representou 71,1% em 2009. Ao analisar os demais produtos categorizados individualmente, verificam-se mais um movimento de concentração na pauta de produtos básicos, dado que houve um aumento de 36,4% na participação desses produtos, que em 2009 tiveram participação relativa de 19,1%, em detrimento de uma queda de 21% na participação dos produtos não especificados, cuja participação foi de 9,8% em 2009.

Como já mencionado na seção anterior, o ano de 2009 foi um período economicamente atípico, em que houve uma quebra no ciclo de crescimento das exportações totais, que caíram 23% em 2009 ante o ano anterior, figurando uma queda de US\$ 45 bilhões de 2008 para 2009. Entretanto observa-se uma queda muito maior das exportações de produtos semimanufaturados, de 47,4%, enquanto que os produtos básicos e manufaturados diminuíram 15,2% e 27,3% respectivamente.

De acordo com Dias e Pinheiro (2007), essa diminuição da participação dos produtos industrializados, tanto semi quanto manufaturados, deve-se em grande medida a concorrência da China na produção de bens intensivos em trabalho, uma vez que, com mão-de-obra extremamente abundante tornou impossível para o Brasil concorrer em alguns setores como têxtil e calçados por exemplo. Além disso, a taxa de câmbio artificialmente sobre depreciada chinesa configura mais um empecilho para a concorrência brasileira frente aos produtos chineses.

Apesar de um aumento absoluto do valor em dólares nas exportações de todas as categorias de produtos por fator agregado de 2000 a 2008, um diferente resultado é obtido na análise da participação relativa dessas categorias nas exportações globais.

Como apresentado no gráfico 15, percebe-se claro aumento da participação dos produtos básicos no total das exportações, que de 2000 a 2009 aumentou 78%, passando de 23% em 2000 para 41% em 2009.

Tabela 9 - Exportação dos produtos básicos e seus principais produtos em milhões de US\$.

Discriminação	2000		2001		2002		2003		2004	
	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.
Produtos básicos	12 562	100,0%	15 342	100,0%	16 952	100,0%	21 186	100,0%	28 529	100,0%
Minérios de ferro e seus concentrados	3 048	24,3%	2 932	19,1%	3 049	18,0%	3 456	16,3%	4 759	16,7%
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	1 651	13,1%	2 065	13,5%	2 199	13,0%	4 290	20,2%	5 395	18,9%
Café cru em grão	1 559	12,4%	1 208	7,9%	1 195	7,0%	2 122	10,0%	2 528	8,9%
Carne e miúdos de frango congelados, frescos ou refrig.	806	6,4%	1 292	8,4%	1 335	7,9%	1 710	8,1%	2 494	8,7%
Soja, mesmo triturada	2 188	17,4%	2 726	17,8%	3 032	17,9%	2 602	12,3%	3 271	11,5%
Fumo em folhas e desperdícios	813	6,5%	921	6,0%	978	5,8%	1 302	6,1%	1 750	6,1%
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	503	4,0%	739	4,8%	776	4,6%	1 155	5,5%	1 963	6,9%
Carne de suíno congelada, fresca ou refrigerada	163	1,3%	346	2,3%	469	2,8%	1 052	5,0%	1 380	4,8%
Castanha de caju	165	1,3%	112	0,7%	106	0,6%	375	1,8%	597	2,1%
Minérios de alumínio e seus concentrados	113	0,9%	99	0,6%	91	0,5%	527	2,5%	744	2,6%
Demais	1 553	12,4%	2 903	18,9%	3 722	22,0%	2 595	12,2%	3 647	12,8%

Discriminação	2005		2006		2007		2008		2009* jan/out	
	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.	VALOR	PART.
Produtos básicos	34 732	100,0%	40 285	100,0%	51 596	100,0%	73 028	100,0%	52 833	100,0%
Minérios de ferro e seus concentrados	7 297	21,0%	8 949	22,2%	10 558	20,5%	16 539	22,6%	11 170	21,1%
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	5 345	15,4%	5 663	14,1%	6 709	13,0%	10 952	15,0%	11 241	21,3%
Café cru em grão	4 164	12,0%	6 894	17,1%	8 905	17,3%	13 556	18,6%	7 210	13,6%
Carne e miúdos de frango congelados, frescos ou refrig.	3 324	9,6%	2 923	7,3%	4 217	8,2%	5 822	8,0%	3 983	7,5%
Soja, mesmo triturada	2 865	8,2%	2 419	6,0%	2 957	5,7%	4 364	6,0%	4 013	7,6%
Fumo em folhas e desperdícios	2 516	7,2%	2 928	7,3%	3 378	6,5%	4 131	5,7%	3 039	5,8%
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	2 419	7,0%	3 135	7,8%	3 486	6,8%	4 006	5,5%	2 691	5,1%
Carne de suíno congelada, fresca ou refrigerada	1 660	4,8%	1 694	4,2%	2 194	4,3%	2 683	3,7%	2 456	4,6%
Castanha de caju	121	0,3%	482	1,2%	1 919	3,7%	1 405	1,9%	905	1,7%
Minérios de alumínio e seus concentrados	1 123	3,2%	990	2,5%	1 162	2,3%	1 364	1,9%	928	1,8%
Demais	3 896	11,2%	4 208	10,4%	6 110	11,8%	8 205	11,2%	5 197	9,8%

Fonte: Banco Central (2010)

Elaboração própria

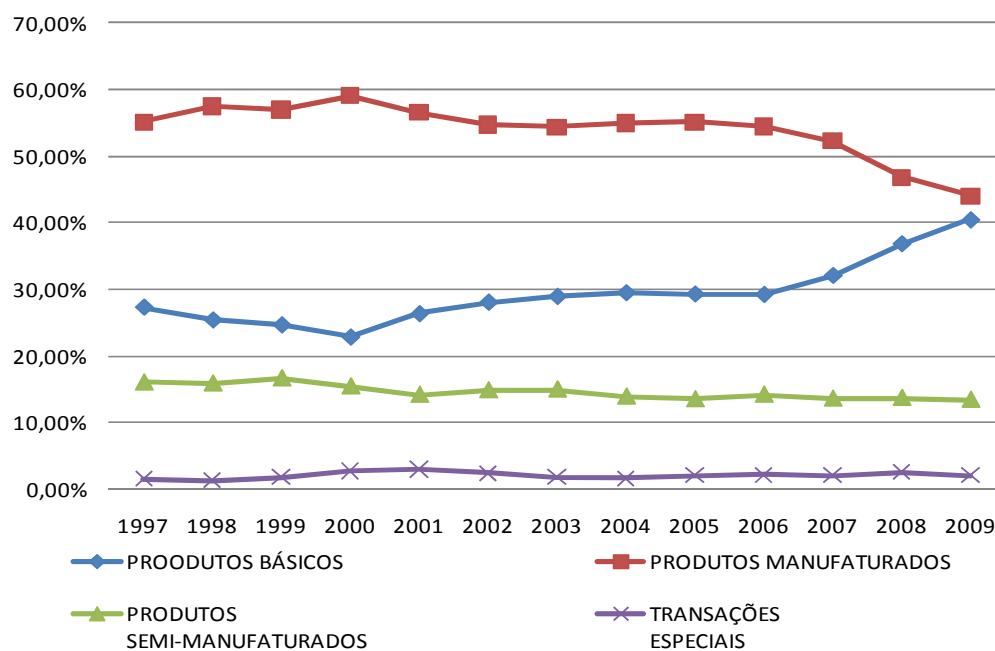


Gráfico 15 - Participação nas exportações totais por fator agregado.

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Conseqüentemente, houve diminuição da participação tanto dos produtos manufaturados quanto dos semimanufaturados. Os primeiros passaram de 16% para 13% de 2000 a 2009, uma queda de 19%, enquanto que os semimanufaturados passaram de 59% para 44% no mesmo período, diminuição de significativos 25%.

Uma análise alternativa diversificação da pauta de exportações pode ser feita através dos indicadores de intensidade tecnológica são uma forma alternativa de analisar a. Esses indicadores são baseados na classificação elaborada pela OCDE e discriminados em quatro categorias, excluindo os produtos não indústrias, sendo elas: alta tecnologia, média-alta tecnologia, média-baixa tecnologia e baixa tecnologia. (MARKWALD, 2005)

Ainda segundo o autor a relevância da ordenação e classificação das exportações de acordo com o seu grau de tecnologia consiste no fato de que os produtos intensivos em tecnologia apresentam maior dinamismo no comércio internacional, ou seja, crescem de maneira superior a média.

Além disso, de acordo com Dias e Pinheiro (2007), a divisão habitual da pauta de exportação em básicos, semi e manufaturados pode ser falha em alguns aspectos, uma vez que engloba com o mesmo grau de agregação, bens industriais de diferentes processos produtivos, com intensidades tecnológicas muito distintas entre si.

Através do gráfico 16, é possível verificar a mudança estrutural no comportamento da participação relativa das exportações por grau de intensidade tecnológica, nas exportações totais brasileiras.

De 2000 a 2009 é claramente visível o aumento da participação relativa dos produtos não industriais e de baixa intensidade tecnológica em detrimento da diminuição da participação dos bens de alta, média-alta e média-baixa tecnologia.

Ao longo dos dez anos analisados a participação relativa dos produtos de alta e média-alta tecnologia que era de 12% e 21%, passou a ser 5,9% e 17,8% em 2009 respectivamente. Ao somar as duas categorias, houve uma redução da participação de bens intensivos em tecnologia de 27% durante o período, passando de 33% para 23,7%.

Os bens de média-baixa e baixa tecnologia também tiveram as suas participações relativas reduzidas, enquanto que em 2000 suas participações eram de 17,1% e 29,3%, em 2009 foram de 16,2% e 28,5%. Durante o período a redução da participação dos produtos de média-baixa tecnologia foi de 5,2%, e dos produtos de baixa tecnologia de 2,8%.

Já em relação aos produtos não industriais a situação foi completamente diferente, com um expressivo aumento da participação relativa nas exportações totais. De 2000 a 2009 a participação relativa dessa categoria passou de 16,6% para 31,6%, alta relativa de mais de 90%.

Através da análise gráfica dos dados é visível a mudança na estrutura da pauta de exportações brasileiras, com uma queda generalizada na participação dos produtos industrializados e significativo aumento da participação dos produtos não industriais. Tal comportamento da estrutura das exportações brasileiras, coincide com o período de alta dos preços internacionais das *commodities*, principal fator para o exponencial aumento da participação relativa dos produtos não industriais.

Como demonstrado no gráfico 17, além da diminuição da participação relativa dos produtos industrializados, observa-se também um aumento do déficit comercial gerado pelos produtos mais intensivos em tecnologia.

De 2000 a 2009 o déficit comercial dos produtos de alta e média-alta tecnologia na balança comercial brasileira passou de US\$ 16 bilhões para US\$ 66,5 bilhões, um aumento de 315%. Já os produtos de média-baixa tecnologia, apesar de apresentarem saldos superavitários desde 2000, a partir de 2005 passaram a exibir tendência decrescente, atingindo resultado negativo de US\$ 4,5 bilhões, variação

negativa de 213% em comparação a 2000, quando o saldo encontrava-se superavitário em US\$ 1,5 bilhões.

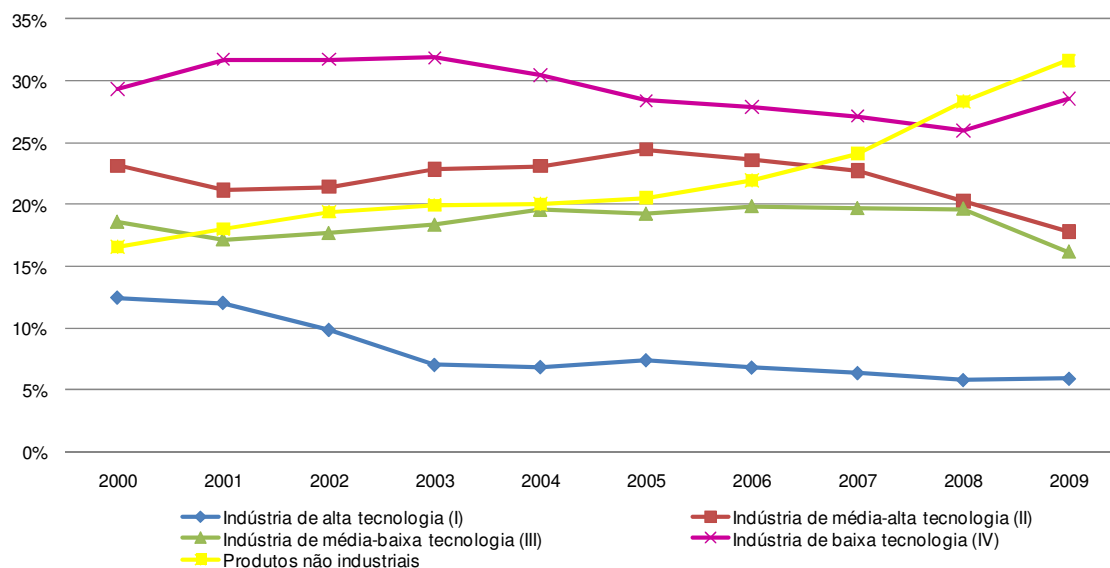


Gráfico 16 - Participação nas exportações totais por intensidade tecnológica.

Fonte: SECEX/MDIC E OCDE (2010)

Elaboração própria

Em contraposição, foram os superávits dos produtos de baixa tecnologia e não industriais que permitiram a obtenção dos mega-saldos da balança comercial de 2004 a 2007 e permitiram que a balança comercial continuasse superavitária em 2008 e 2009.

Durante os dez anos analisados o superávit dos produtos de baixa intensidade tecnológica aumentou 190%, passando de US\$ 11,5 bilhões para US\$ 33,4 bilhões. Já o superávit gerado pelos produtos não industrializados passou de US\$ 2,4 bilhões para US\$ 30,7 bilhões.

Outro importante indicador do comércio internacional são os termos de troca, segundo a definição do Banco Central do Brasil, os termos de troca consistem na razão entre os preços das exportações pelos preços das importações de um país e em síntese tenta mensurar a capacidade de importar de um país pelo seu poder de compra.

Os termos de troca no comércio exterior são definidos pela relação entre os preços das exportações de um país e os das suas importações, em moeda forte. A melhora nesses termos de troca permite importações em condições mais favoráveis, incentivando a produção doméstica de bens exportáveis. A esse efeito real soma-se

efeito monetário positivo sobre a balança comercial, refletido em aumento do saldo, mantidas fixas as quantidades de bens comercializados. (...) No caso brasileiro, as evidências apontam para influência decisiva dos preços internacionais de commodities sobre os termos de troca. (Banco Central, 2009)

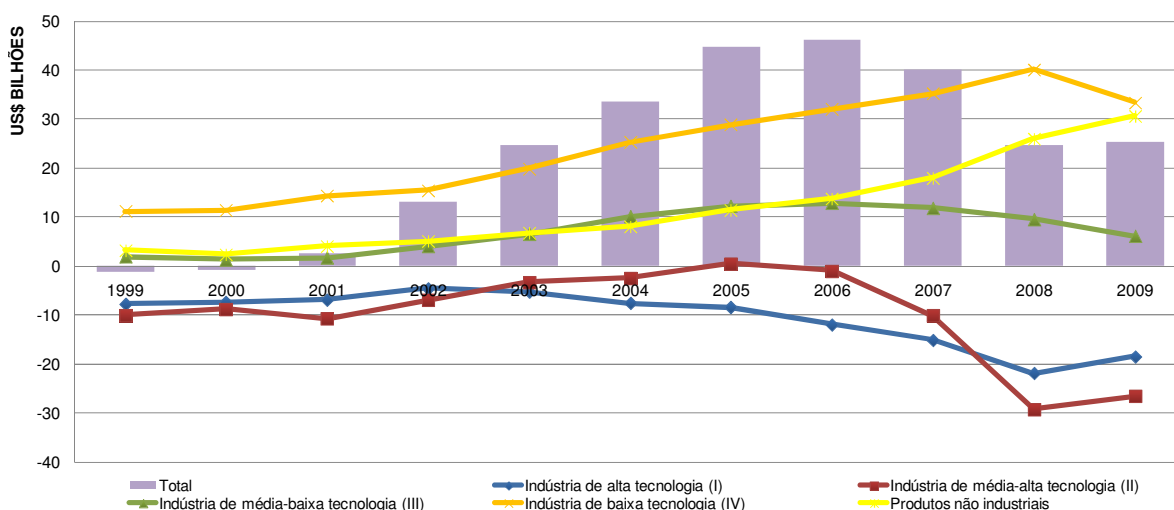


Gráfico 17 - Evolução do saldo comercial brasileiro por intensidade tecnológica.

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Através do gráfico 18, é possível analisar a evolução dos termos de troca do Brasil, que de 2000 a 2008 aumentou 9,9%. Esse aumento deu-se principalmente em decorrência da elevação dos preços internacionais das *commodities*, que possibilitou o aumento exponencial das exportações. Contudo, devido ao aumento dos preços das importações também verificado no período o aumento do índice dos termos de troca foi muito menor do que a elevação dos preços das exportações e dos preços das *commodities*.

No ano de 2009, apesar da retração das exportações ter sido menor do que a queda das importações, houve uma significativa redução dos preços das *commodities*, de cerca de 31%, que ocasionou na diminuição dos termos de troca, cuja redução ante 2008 foi de 3,2%.

Dessa forma, verifica-se que uma das idéias mais disseminadas acerca da questão da especialização brasileira em produtos primários, de que tal geraria ganhos no comércio exterior através da melhoria dos termos de troca, é equívoca, uma vez que, os ganhos nos preços relativos do comércio exterior brasileiros

durante os dez anos analisados mostraram-se mínimos ante o avanço comercial total do país.

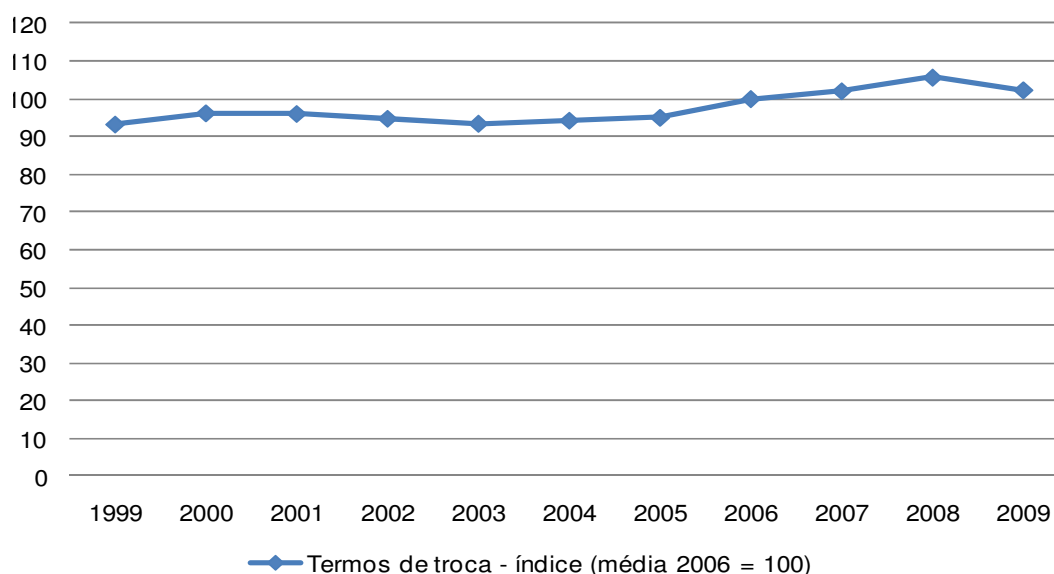


Gráfico 18 - Evolução dos termos de troca.

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Outro ponto relevante no que diz respeito à estrutura exportadora brasileira é questão da possível iminência de reprimarização da pauta exportadora, ou como também é conhecido tal fenômeno, Doença Holandesa.

De acordo com Nassif (2008) a doença holandesa, ou nova doença holandesa, pode ser identificada atualmente de duas maneiras distintas:

Esta, por sua vez será aqui identificada, de um lado, por uma generalizada realocação de recursos para setores primários ou para indústrias tecnologicamente tradicionais, e, de outro lado, pela mudança do padrão de especialização internacional na direção de produtos primários e/ou industrializados intensivos em recursos naturais. (NASSIF, 2008)

O autor ainda ressalta que essa nova doença holandesa difere-se da noção da tradicional doença holandesa, ou "*Dutch disease*", em que a especialização da pauta exportadora é originada pela descoberta de novas fontes de recursos naturais, como o exemplar caso da Holanda na década de 1970 que deu o nome ao processo de desindustrialização econômica.

Nassif (2008) ainda destaca que essa nova doença holandesa advém da mudança brusca de políticas econômicas, da ríspida passagem do PSI para a liberalização econômica da década de 1990, que gerou uma diminuição da participação relativa da indústria na produção nacional e que somado a um período de apreciação cambial e *boom* dos preços internacionais das *commodities* contribuiu

para um “retorno a um padrão de especialização baseado em produtos intensivos em recursos naturais”. (NASSIF, 2008, p. 73)

Todavia, o autor contesta a noção geral do caráter perverso da desindustrialização, ao enfatizar a teoria de Clark (1957), na qual ele identifica uma maior participação de setores de bens primários no PIB nas nações de níveis de renda mais baixo, que no decorrer do processo de desenvolvimento do país, tende a diminuir abrindo espaço para uma maior participação de produtos industrializados. Entretanto, Nassif (2008) ainda considera inconclusiva, através da literatura atualmente disponível a identificação de um processo de desindustrialização iminente no Brasil.

Em contraposição a Nassif (2008), Carvalho (2006) expõe as mudanças estruturais na pauta exportadora brasileira no período de 1991 a 2003, e destaca o aumento das exportações de produtos primários e os superávits gerados por esse aumento dificultam as exportações de produtos nos quais o país não possui vantagens comparativas, o que representa certo estágio de desindustrialização.

Não faz parte dos objetivos deste trabalho identificar se o Brasil esta ou não sofrendo um processo de desindustrialização ou reprimarização de sua pauta exportadora, contudo, através da análise das informações durante o período de 2000 a 2009, é notório o aumento da participação relativa dos produtos intensivos em recursos naturais nas exportações totais em detrimento da trajetória decrescente da participação relativa dos produtos industrializados.

A análise dos dados nesta seção, ainda permite a verificação de um processo de concentração da pauta exportadora brasileira em diversos âmbitos. Primeiramente, houve um claro aumento da participação relativa dos produtos básicos, através da análise da estrutura exportadora por fator agregado, e dos produtos não industrializados, pela análise por intensidade tecnológica. Tal concentração ainda pode ser constatada no que diz respeito aos principais produtos exportados, uma vez que através das duas análises obteve-se um aumento na concentração dos produtos primários em seus principais produtos.

Além disso, o valor absoluto em dólares dos produtos básicos também apresentou uma trajetória ascendente de 2000 a 2008 passando de US\$ 12,6 bilhões para US\$ 73 bilhões, alta de 480%. Esse expressivo aumento do valor de produtos básicos exportados foi tanto em consequência da elevação do *quantum* quanto dos preços. Contudo o peso dos preços foi ligeiramente superior, devido

principalmente a elevação significativa dos preços internacionais das *commodities* nos anos de 2007 e 2008.

Ao analisar os produtos manufaturados de 2000 a 2008, verifica-se um aumento das exportações em dólares de 185%, passando de US\$ 32,5 bilhões para US\$ 92,6 bilhões. Contudo esse crescimento foi menor do que o das exportações totais, cujo aumento foi de 259% no mesmo período, o que fez com a participação relativa dos produtos manufaturado diminuísse.

De fato, o que se observa na análise da participação relativa das exportações totais é uma clara inversão na categoria de fator agregado de maior importância, com um aumento da participação dos produtos básicos em detrimento da diminuição da participação dos produtos manufaturados. De 2000 a 2009 a participação relativa dos produtos básicos aumentou 77,7%, passando de 22,8% para 40,5%, enquanto que a dos produtos manufaturados diminuiu 25,5%, passando de 59% para 49%.

Verifica-se ainda, que em 2000 o valor em dólares das exportações de manufaturados era superior em 160% ao do valor dos produtos básicos, uma diferença de cerca de US\$ 20 bilhões, já em 2009 essa diferença caiu para 8,7% representado um montante de aproximadamente US\$ 5 bilhões.

Como já mencionado, a redução na participação relativa dos manufaturados, deu-se em grande parte pela maior inserção da economia chinesa no comércio mundial, cujas exportações de bens manufaturados intensivos em trabalho obtêm grande vantagem devido a sua abundância de mão-de-obra e câmbio artificialmente desvalorizado causando certa dificuldade para a competitividade da produção brasileira, como será mais detalhadamente analisado na próxima seção. Esse efeito China foi particularmente mais prejudicial para as exportações brasileiras com destino as demais economias latino americanas. (MARKWALD, 2005)

Quanto à estrutura da pauta dos manufaturados, o que se observa durante os anos de 2000 a 2009 é uma diversificação dentro da categoria, verificada pela diminuição de 25% da participação relativa dos cinco principais produtos

Em relação aos produtos semimanufaturados, apesar de seu valor absoluto ter aumentado durante o período estudado, passando de US\$ 8,5 bilhões para US\$ 20 bilhões, esse aumento, assim com o dos produtos manufaturados, foi proporcionalmente menor do que o das exportações totais o que fez com que a sua participação relativa reduzisse 13%, passando de 15,4% para 13,4%.

A composição dos produtos semimanufaturados, em um âmbito geral não sofreu alterações significativas ao longo do período considerado. Tendo uma estrutura bastante concentrada, a participação dos dez principais produtos semimanufaturados manteve-se no patamar de 89% do início ao fim do período, todavia o principal produto semimanufaturado exportado, pastas químicas de madeira, apresentou um aumento de 44% de sua participação relativa, que passou de 19% em 2000 para 27,4% em 2008.

Ao analisar o saldo das exportações totais por intensidade tecnológica, constata-se que foram as exportações dos produtos não industrializados e de baixa-tecnologia que permitiram a obtenção dos mega saldos comerciais observados de 2003 a 2008 e que impediram uma redução ainda maior do saldo em 2009. Além disso, ainda conclui-se que com um saldo deficitário na comercialização dos produtos de alta-tecnologia e média alta-tecnologia foram os superávits alcançados pelos produtos de baixa-tecnologia e não industriais que permitiram o alcance dos superávits globais exibidos no período de 2001 a 2008. Em outras palavras, pode-se dizer que foram as exportações dos produtos de baixa-tecnologia e primários que financiaram as importações dos produtos de alta e média alta tecnologia.

O ano de 2009 foi um período economicamente atípico devido às conseqüências da crise econômica mundial de 2008, dessa forma não se pode considerar os movimentos ocorridos nesse período com o início de uma nova trajetória das variáveis analisadas. Levando isso em consideração, em 2009, observou-se uma intensificação da participação relativa dos produtos básicos, que passou de 36,9% para 40,5%, aumento de cerca de 10%, isso se uma vez que a queda dos produtos básicos foi menor que a dos demais categorias, de 15%, enquanto que a redução dos semi e manufaturados foi de 25% e 27,3% respectivamente.

Essa menor redução dos básicos deu-se devido a dois fatores, primeiramente apesar de redução dos preços das *commodities* em 2009, em 2008 esses preços haviam atingidos níveis recordes o que fez com que mesmo com uma redução em 2009 eles ainda continuassem elevados. Segundo, enquanto os produtos semi e manufaturados apresentaram queda nos preços e *quantum*, os produtos básicos exibiram um crescimento de cerca de 3% de seu *quantum* exportado em 2009.

No que concerne aos termos de troca, observa-se um pequeno aumento de 2000 a 2008 seguido de uma baixa redução em 2009 devido à crise internacional e

principalmente pela queda dos preços internacionais das commodities. Todavia, em comparação ao aumento das exportações globais sua evolução apresentou resultados ínfimos, que não corroboram a hipótese de ganhos de comércio através dos termos de troca pela especialização em *commodities*.

Em suma, o que se observou no comportamento da estrutura da pauta exportadora brasileira de 2000 a 2009 foi uma maior concentração na composição da pauta, que se deu de duas maneiras, a primeira no aumento da participação relativa dos principais produtos exportados em cada categoria, com exceção dos manufaturados, e a segunda na expressiva elevação da participação relativa dos produtos básicos nas exportações totais.

Assim sendo, a pauta brasileira exhibe uma configuração em que a participação dos produtos básicos ganha cada vez maior peso, assim como os principais produtos exportados, situação considerada ineficiente, uma vez que com uma pauta concentrada o país se torna mais vulnerável a choques externos e suscetível a desequilíbrios e crises derivados de mudanças nos preços e na demanda internacional.

Essa constatação leva a uma questão amplamente discutida atualmente, a sustentabilidade das exportações brasileira, ou seja, a discussão sobre até quando será possível a manutenção dos atuais níveis de crescimento das exportações com essa iminente “especialização” nos produtos primários.

O (...) conjunto de indagações refere-se à real capacidade de o país sustentar este bom desempenho exportador ao longo dos próximos anos. Este ponto está relacionado primordialmente, ao grau de importância que se pode efetivamente atribuir aos fatores de ordem estrutural por trás do crescimento recente, uma vez que, em algum momento, a conjuntura externa deixará de ser tão favorável, e as vendas externas do país só poderão continuar crescendo a taxas elevadas com base em ganhos sólidos e expressivos em competitividade. (MARKWALD; RIBEIRO, 2005)

Diegues (2005) também reconhece na atual composição setorial da pauta brasileira uma dificuldade para a manutenção dos atuais e elevados níveis de crescimento das exportações. Segundo o autor, após a liberalização econômica dos anos 1990, devido a intensa busca por ganhos de competitividade houve uma intensificação no dinamismo de setores nos quais o Brasil possui vantagens comparativas decorrentes da dotação de recursos naturais. Contudo, Diegues (2005) contesta a possibilidade de sustentação do crescimento das exportações através desses setores e defende a necessidade de investimentos em segmentos de produção de bens mais dinâmicos, intensivos em tecnologia e conseqüentemente de

maior valor agregado com a maneira de manter o ritmo de crescimento das exportações brasileiras.

(...) vale destacar que a sustentabilidade a médio e longo prazo das exportações brasileiras nos atuais patamares (principalmente num cenário de crise econômica financeira e global) depende fundamentalmente da constituição de esforços políticos coordenados capazes de incentivar o aprendizado tecnológico e inovativo, e em decorrência, aumentar a participação dos produtos mais dinâmicos na pauta exportadora nacional. (DIEGUES, XXXX)

O autor ainda destaca a importância da reestruturação da pauta brasileira como uma maneira de atingir uma maior participação do comércio mundial além do fato de tornar o país menos vulnerável a crises externas.

Por fim, Diegues (2005) conclui que essa concentração da pauta exportadora consiste em um aproveitamento das vantagens comparativas em recursos naturais do país e não em ganhos de competitividade frente ao resto do mundo e que “as razões explicativas para o *boom* exportador (...) residem fundamentalmente nos impactos positivos do ciclo de crescimento internacional.” (DIEGUES, 2005)

Dessa forma, o cerne teórico do estudo de Diegues (2005) confirma a hipótese deste trabalho, de que apesar do aumento das exportações não houve ganhos ou melhorias significativas na qualidade da pauta exportadora no período analisado, e que o aumento da participação relativa dos produtos básicos configura um obstáculo tanto em relação ao aumento da inserção do Brasil no comércio internacional quanto a diminuição da vulnerabilidade do país frente a economia mundial.

3.2 Evolução e mudanças nos parceiros comerciais brasileiros

Nesta seção as exportações serão analisadas segundo o destino, análise de extrema importância para a obtenção de um panorama geral sobre a evolução das exportações totais brasileiras de 2000 a 2009.

De acordo com Markwald e Ribeiro (2005), a diversificação dos parceiros comerciais brasileiros é um dos componentes da explicação do significativo aumento das exportações nos últimos anos. Para os autores, há duas distintas argumentações sobre a diversificação dos destinos das exportações brasileiras.

A primeira diz respeito a uma diversificação geográfica das exportações, decorrente principalmente da redução da participação relativa dos Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina, regiões as quais os autores definem como mercados tradicionais, compensada pelo aumento da participação relativa das economias asiáticas, africana e do leste europeu. (MARKWALD; RIBEIRO, 2005)

Já a segunda linha de pensamento, determina o grande crescimento mundial dos últimos anos como fator categórico tanto para o crescimento das exportações quanto para a diversificação dos parceiros comerciais brasileiros. (MARKWALD; RIBEIRO, 2005)

Nessa linha de raciocínio, a própria diversificação geográfica de nossas vendas externas resultaria menos de uma postura mais agressiva de nossos exportadores e mais de uma adaptação passiva ao diferente ritmo de crescimento das importações nos países e blocos de destino, que teria sido mais intenso justamente nos mercados não-tradicionais. (MARKWALD; RIBEIRO, 2005)

Ao averiguar a evolução das exportações de 1998 a 2004, Markwald e Ribeiro concluem que, mesmo antes do *boom* das exportações brasileiras ao final da década de 1990 já havia uma tendência de reorientação da distribuição dos destinos das exportações brasileiras e de diminuição da participação relativa dos mercados tradicionais, que se intensificaram a partir dos anos 2000 e evoluíram juntamente com o aumento do *market-share* brasileiro no comércio mundial.

A reorientação no destino das vendas externas brasileiras em direção aos mercados não-tradicionais foi, portanto, anterior ao salto das exportações. A mudança significou, contudo, uma positiva adaptação brasileira às tendências do comércio mundial (...). ((MARKWALD; RIBEIRO, 2005)

Sendo assim, no desenvolvimento desta seção a mudança na estrutura dos parceiros comerciais brasileiros será verificada sob diferentes óticas. Primeiramente será destacada a participação dos principais parceiros comerciais nas exportações totais, em seguida essa análise será desagregada por fator agregado. Posteriormente, serão analisados os saldos comerciais brasileiros com seus mais relevantes parceiros comerciais e seus impactos sobre o resultado global da balança comercial e por fim, alguns tópicos relevantes acerca desses resultados serão ressaltados.

Para uma melhor compreensão dos dados, no desenvolvimento dessa seção os parceiros comerciais brasileiros foram divididos de acordo com a sua relevância na balança comercial brasileira, desagregados em países, regiões e blocos econômicos de acordo com a sua importância.

Na América os parceiros comerciais foram divididos da seguinte maneira: ALADI (Associação latino americana de integração) exclusive o MERCOSUL (Mercado Comum do SUL), que engloba os seguintes países, Bolívia, Chile, Cuba, Equador, México, Peru e Venezuela, MERCOSUL cujos países membros, fora o Brasil, são Uruguai, Paraguai e Argentina; e Estados Unidos, incluindo Porto Rico. As demais regiões foram seccionadas da seguinte forma: União Européia, Europa Oriental, África (exclusive Oriente Médio), Oriente Médio, China, Ásia (exclusive China) e Outros, denominação que agrupa todos os demais destinos das exportações brasileiras.

Como demonstrado na tabela 11, é claro o aumento das exportações brasileiras para todos os países, regiões e blocos econômicos selecionados de 2000 a 2008, com uma diminuição do valor em dólares no ano de 2009, com uma única exceção da China, que apresentou crescimento constante de 2000 a 2009. Porém o que será analisado a seguir é a participação relativa de cada país, região e bloco econômico nas exportações totais brasileiras, a fim de evidenciar quais foram as economias que se destacaram como destino das exportações brasileiras.

Tabela 10 – Valor das exportações brasileiras por país, região e bloco econômico em US\$.

	ÁFRICA	ALADI*	ASIA**	CHINA	EUA***	EUROPA ORIENTAL	UNIÃO EUROPEIA	MERCOSUL	ORIENTE MÉDIO	OUTROS	TOTAL
2000	1.347.098.183	5.175.958.162	5.241.587.749	1.085.301.597	13.375.212.686	497.993.022	15.346.022.583	7.739.599.181	1.332.874.062	3.977.272.640	55.118.919.865
2001	1.989.031.346	5.874.299.339	5.052.180.401	1.902.122.203	14.397.244.101	1.161.197.595	15.487.553.299	6.374.455.028	2.030.018.456	4.018.491.253	58.286.593.021
2002	2.363.340.654	6.571.998.484	6.277.176.607	2.520.978.671	15.558.855.774	1.356.727.509	15.608.902.484	3.318.675.277	2.331.325.268	4.530.672.307	60.438.653.035
2003	2.862.003.914	7.274.410.540	7.152.025.820	4.533.363.162	16.936.387.721	1.695.880.695	18.816.320.902	5.684.309.729	2.806.788.319	5.441.731.273	73.203.222.075
2004	4.247.699.268	10.830.761.711	9.135.444.990	5.441.405.712	20.402.714.371	2.014.332.135	24.675.714.303	8.934.901.994	3.688.723.165	7.305.801.117	96.677.498.766
2005	5.981.353.507	13.751.592.442	11.730.980.386	6.834.996.980	22.809.575.318	3.358.997.716	27.039.479.914	11.746.011.414	4.288.485.185	10.987.712.037	118.529.184.899
2006	7.455.879.389	17.509.546.839	12.413.997.892	8.402.368.827	24.773.082.131	3.891.909.208	31.044.979.748	13.985.828.343	5.749.227.602	12.580.649.552	137.807.469.531
2007	8.578.221.741	19.072.441.075	14.337.619.417	10.748.813.792	25.313.586.075	4.309.056.334	40.428.035.649	17.353.576.477	6.399.444.251	14.108.278.019	160.649.072.830
2008	10.169.567.120	21.357.327.665	21.048.318.523	16.522.652.160	27.648.100.197	5.579.864.878	46.395.287.328	21.737.308.031	8.054.875.812	19.429.141.195	197.942.442.909
2009	8.692.380.077	14.067.806.599	19.235.158.176	21.003.886.286	15.739.612.180	3.382.944.604	34.036.682.109	15.828.946.773	7.552.058.404	13.455.267.597	152.994.742.805

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Através dos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e dispostos na tabela 12, é possível observar a evolução da participação relativa dos destinos das vendas brasileiras nas exportações totais. As exportações totais brasileiras cresceram 178% de 2000 a 2009, ao dividir as exportações por destino, também observa-se um aumento em valores absolutos em dólares para todos os parceiros. Entretanto, os países cujas taxas de participação

relativa como destino das exportações totais brasileiras aumentaram, foram justamente os que apresentaram crescimento superior ao crescimento das exportações totais.

Tabela 11 - Participação relativa dos destinos das exportações brasileiras.

	ÁFRICA	ALADI*	ASIA**	CHINA	EUA***	EUROPA ORIENTAL	UNIÃO EUROPEIA	MERCOSUL	ORIENTE MÉDIO	OUTROS	TOTAL
2000	2,44%	9,39%	9,51%	1,97%	24,27%	0,90%	27,84%	14,04%	2,42%	7,22%	100%
2001	3,41%	10,08%	8,67%	3,26%	24,70%	1,99%	26,57%	10,94%	3,48%	6,89%	100%
2002	3,91%	10,87%	10,39%	4,17%	25,74%	2,24%	25,83%	5,49%	3,86%	7,50%	100%
2003	3,91%	9,94%	9,77%	6,19%	23,14%	2,32%	25,70%	7,77%	3,83%	7,43%	100%
2004	4,39%	11,20%	9,45%	5,63%	21,10%	2,08%	25,52%	9,24%	3,82%	7,56%	100%
2005	5,05%	11,60%	9,90%	5,77%	19,24%	2,83%	22,81%	9,91%	3,62%	9,27%	100%
2006	5,41%	12,71%	9,01%	6,10%	17,98%	2,82%	22,53%	10,15%	4,17%	9,13%	100%
2007	5,34%	11,87%	8,92%	6,69%	15,76%	2,68%	25,17%	10,80%	3,98%	8,78%	100%
2008	5,14%	10,79%	10,63%	8,35%	13,97%	2,82%	23,44%	10,98%	4,07%	9,82%	100%
2009	5,68%	9,19%	12,57%	13,73%	10,29%	2,21%	22,25%	10,35%	4,94%	8,79%	100%

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Durante os dez anos estudados neste trabalho, os países, regiões e blocos econômicos cujas taxas de participação relativa como destino das exportações brasileiras aumentaram foram: África, Ásia, China, Oriente Médio e Europa Oriental.

No que concerne ao crescimento da participação relativa da África houve um crescimento de 133%, passando de 2,44% para 5,68%. Em termos reais, esse aumento significou uma elevação de US\$ 8,7 bilhões, que representa um aumento de 545% das exportações brasileiras em dólares com destino ao continente africano.

Tanto a Europa Oriental quanto o Oriente Médio, apesar de ainda representarem menos de 5% dos destinos das exportações brasileiras apresentaram um significativo crescimento de 2000 a 2009. A participação relativa Europa Oriental como destino das exportações cresceu 146%, passando de 0,90% para 2,21%; já a participação do Oriente Médio passou de 2,42% para 4,94%, alta de 104%. No que diz respeito aos valores em dólares, os aumentos foram ainda mais expressivos, as exportações para a Europa Oriental passaram de US\$ 497 milhões para US\$ 3,4 bilhões, alta de 580% enquanto que para o Oriente Médio a variação foi de 467%, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 7,5 bilhões.

As vendas brasileiras para a Ásia, em valores absolutos apresentaram um crescimento de 267%, passando de US\$ 5,2 bilhões para US\$ 19,2 bilhões. Na

participação relativa das exportações totais isso representou um aumento de 32,2%, uma vez que passou de 9,51% para 12,57%.

As exportações com destino a China foram as com desempenho mais impressionante. O valor exportado pelo Brasil para o país passou de US\$ 1,1 bilhão em 2000 para US\$ 21 bilhões em 2009, um extraordinário aumento de 1.835%. Em termos de participação relativa, as vendas brasileiras para a China que em 2000 representavam 1,97% das exportações totais, passaram a representar 13,91% em 2009, uma ampliação da participação de 597%. Em 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos e tornou-se o segundo maior destino das exportações brasileiras.

Em detrimento do aumento da participação relativa desses parceiros, houve uma diminuição na participação da ALADI, do MERCOSUL, da UE (União Européia) e dos Estados Unidos como destino das exportações brasileiras.

O MERCOSUL que em 2000 representavam o destino de 14% das exportações brasileiras, passou a representar 10% em 2009, uma queda de 26,3%. Já a ALADI, desde 2006 tem suas taxas de participação relativa crescendo a um ritmo decrescente, que se intensificou em 2009, ano em que exibiu taxa de participação como destino das exportações brasileiras de 9,19%, 2,08% inferior a 2000 e 15% menor que em 2008.

Em 2000, as vendas internacionais do Brasil para a UE representavam 27,84% das vendas totais, em 2009 essa participação caiu para 22,25%, representando uma queda de 20% no período. Já as vendas para os Estados Unidos que em 2000 representavam 24,27% caíram para 10,29%, uma diminuição de mais de 57%.

Essas mudanças acerca da estrutura dos parceiros comerciais brasileiros foram muito significativas, tanto que pode-se concluir que houve uma mudança no panorama de destino das exportações brasileiras nos últimos dez anos, como pode ser observado no figura 1.

A partir dos dois gráficos dispostos na figura 1, fica clara a mudança composição dos países de destino das exportações brasileiras, com um claro e expressivo aumento da participação relativa de mercados não-tradicionais, como China, Ásia, Europa Oriental, África e Oriente Médio em detrimento da participação de parceiros comerciais historicamente tradicionais, como Estados Unidos, UE, MERCOSUL, e ALADI.

Essa diversificação, além de conferir maior margem de manobra para os formuladores de política interna, contribuiu no sentido de amenizar os efeitos de eventuais crises/ turbulências regionais sobre a sustentabilidade das exportações brasileiras no período. Conforme pode ser observado claramente (...) tais benefícios foram observados na medida em que enquanto o MERCOSUL era assolado por diversas instabilidades políticas e econômicas, o pujante crescimento asiático e chinês permitia que essas regiões expandissem fortemente suas importações oriundas do Brasil. (DIEGUES, 2005)

De acordo com Diegues (2005), essa mudança na composição dos destinos das exportações brasileiras, com uma divisão menos centralizada entre os mercados, a qual ele chama de diversificação geográfica, foi extremamente favorável para o Brasil. Para o autor, tal diversificação foi essencial para a manutenção do crescimento das exportações observado no período, uma vez que conferiu ao país certo grau de proteção, ao torná-lo menos suscetível e vulnerável as crises externas regionais.

Além do grau de participação das exportações totais, outro ponto relevante na análise dos mercados de destino das exportações brasileiras consiste na verificação do tipo de produtos exportados. Para essa análise, como na seção anterior, será utilizada a classificação de produtos por fator agregado.

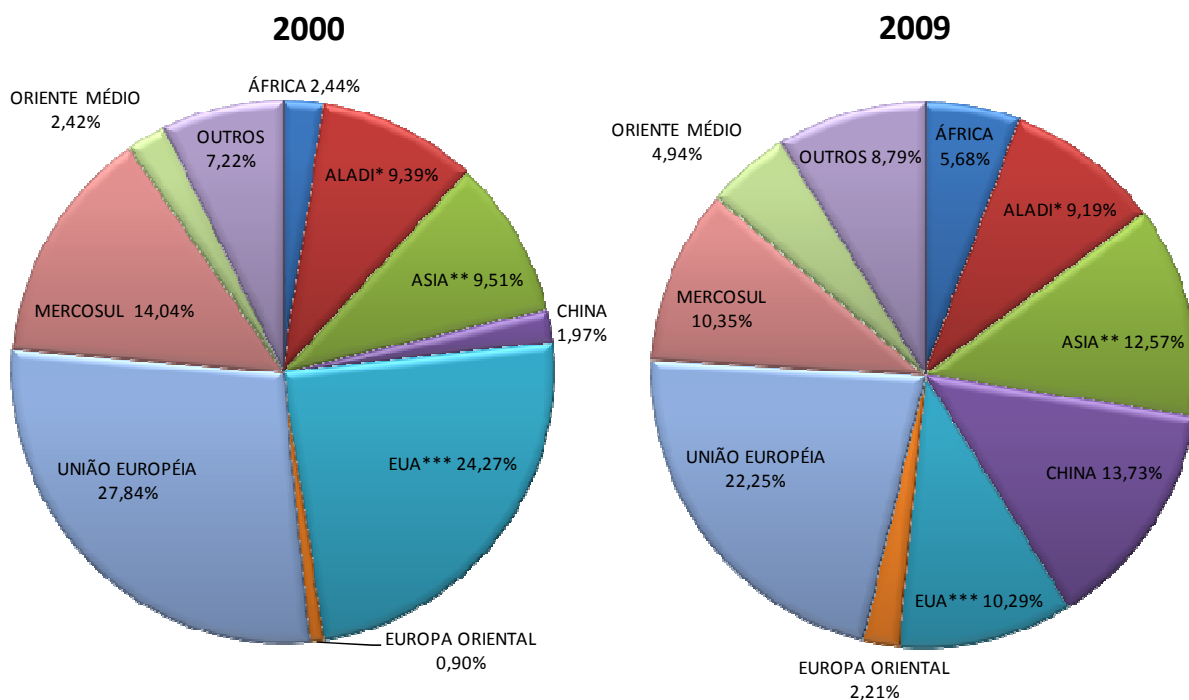


Figura 1 - Participação nas exportações totais por país, região e bloco econômico, em 2000 e 2009.
 Fonte: SECEX/MDIC (2010)
 Elaboração própria

Primeiramente, será verificado o fluxo de comércio dos produtos básicos de acordo com seu destino, como demonstrado na tabela 13.

A composição dos destinos das exportações de produtos básicos, assim como das exportações totais passou por significativas mudanças de 2000 a 2009. Alguns pontos de destaque são o expressivo aumento das exportações de básicos para os mercados não-tradicionais e a diminuição dessas mesmas exportações para os mercados tradicionais.

Em relação aos mercados não-tradicionais destacam-se os aumentos da participação relativa nas exportações brasileiras de produtos básicos a África, China, Europa Oriental e Oriente Médio.

De 2000 a 2009 as vendas de produtos básicos para a África, passaram de 1,98% para 3,55% das exportações totais de básicos brasileiras, um aumento de cerca de 80%. As exportações de básicos para o Oriente Médio apresentaram um aumento de 31% em sua participação relativa, que passou de 5,44% para 7,10%. Assim como o Oriente Médio a participação relativa como destino das exportações de básicos da Europa Oriental também exibiu variações positivas, passando de 0,76% para 3,49%, uma variação de aproximadamente 360% entre 2000 e 2009

Tabela 12 - Participação das exportações totais de produtos básicos por país, região e bloco econômico.

	ÁFRICA	ALADI*	ASIA**	CHINA	EUA***	EUROPA ORIENTAL	UNIÃO EUROPEIA	MERCOSUL	ORIENTE MÉDIO	OUTROS	TOTAL
2000	1,98%	2,57%	15,45%	5,89%	7,47%	0,76%	51,84%	3,61%	5,44%	5,00%	100,00%
2001	2,36%	2,96%	15,02%	7,52%	5,42%	2,29%	49,72%	2,86%	7,47%	4,37%	100,00%
2002	2,49%	2,78%	15,51%	9,14%	6,74%	4,22%	45,41%	1,64%	6,76%	5,31%	100,00%
2003	2,51%	3,17%	14,92%	10,70%	6,81%	3,58%	44,79%	1,83%	6,50%	5,20%	100,00%
2004	3,56%	4,01%	14,69%	11,33%	5,96%	3,99%	41,50%	1,54%	6,95%	6,49%	100,00%
2005	3,72%	3,66%	14,85%	13,46%	6,07%	5,95%	37,41%	1,59%	5,82%	7,47%	100,00%
2006	3,64%	5,31%	14,88%	15,42%	8,78%	5,08%	33,80%	1,62%	5,80%	5,67%	100,00%
2007	3,07%	5,16%	13,55%	15,36%	9,44%	4,95%	35,26%	1,38%	6,32%	5,52%	100,00%
2008	3,08%	5,38%	15,05%	17,57%	8,57%	4,66%	29,71%	1,47%	6,30%	8,20%	100,00%
2009	3,55%	3,72%	15,75%	26,33%	6,57%	3,49%	26,14%	1,00%	7,10%	6,37%	100,00%

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Todavia, o caso de crescimento mais excepcional como destino das exportações de produtos básicos brasileiros, foi o caso da China, cuja participação relativa aumentou cerca de 350% e passou de 5,89% em 2000 para 26,33% em 2009, tornando-se o mais importante destino dos produtos básicos brasileiros.

O restante da Ásia, com exceção do Oriente Médio, teve comportamento estável como destino dos produtos básicos, mantendo-se como importador de aproximadamente 15% da exportação brasileira dessa categoria de produtos.

Os Estados Unidos, assim como a UE e o MERCOSUL apresentaram diminuição na participação relativa como destinos dos produtos básicos brasileiros, a diminuição das exportações de básicos para os Estados Unidos foi de 12% passando de 7,47% para 6,57%, enquanto que a participação relativa do MERCOSUL passou de 3,61% para 1%, queda de mais de 72%.

Contudo, a diminuição mais significativa foi das exportações de produtos básicos destinados a União Européia, cuja participação relativa passou de 51,84% em 2000 para 26,14% em 2009, uma redução de 50% em dez anos.

Em suma, o que se observa através da análise da participação relativa dos destinos dos produtos básicos é coerente com a análise global dos destinos das exportações, ao exibir um claro aumento da participação dos mercados não-tradicionais, especialmente da China, que passou a ser o principal destino dos produtos básicos brasileiros, em função de uma drástica diminuição dos parceiros tradicionais, em especial da União Européia, que em 2000 era o destino de mais da metade dos produtos básicos exportados pelo Brasil e em 2009 teve sua representatividade cair pela metade.

Conforme a tabela 14, na desagregação das exportações dos produtos semimanufaturados por destino, novamente observa-se uma descentralização no período analisado, com um aumento da participação dos mercados não-tradicionais em função da diminuição da representatividade dos destinos tradicionais.

É importante ressaltar, que na classificação dos produtos semimanufaturados, conforme verificado na seção anterior, a maioria dos produtos exportados pelo Brasil são derivados do extrativismo mineral e do agronegócio, ou seja, intensivos em recursos naturais assim como os produtos básicos.

A Europa Oriental teve um aumento de 22% em sua participação relativa como destino dos produtos semimanufaturados, passando de 3,54% em 2000 para 4,31% em 2009. A representatividade do Oriente Médio que era de 3,31% passou para 5,57%, um aumento de 68%. Já a África, cuja participação em 2000 era de 1,95%, apresentou um aumento de 268% e passou a exibir uma participação relativa de 7,18%.

A participação da ALADI também aumentou nos dez anos analisados, passando de 2,05% para 3,36%, alta de 64%. A Ásia apresentou uma elevação de 30% de sua participação relativa como destino dos semimanufaturados, passando de 20,61% para 26,85% tornando-se assim, o principal destino dos semimanufaturados.

Entretanto, foi novamente o desempenho da China o mais expressivo, com um aumento de 859% em sua participação relativa, que passou de 1,66% para 15,91%, tornando-se assim o terceiro maior importador dos semimanufaturados brasileiros.

Em contraposição, a participação relativa dos Estados Unidos, União Européia e MERCOSUL como destino das exportações de semimanufaturados brasileiros diminui no período analisado.

Os Estados Unidos apresentou uma queda de 65% em sua participação relativa, que passou de 28,79% para 10,17%. Já a UE, cuja representatividade como destino das exportações brasileiras de semimanufaturados era de 30,75%, principal destino em 2000 passou a ser 18,73% em 2009, queda de 39%. As exportações de semi destinadas ao MERCOSUL reduziram 36%, passando de 2,27% para 1,45%.

Tabela 13 - Participação das exportações totais de produtos semimanufaturados por país, região e bloco econômico.

	ÁFRICA	ALADI*	ASIA**	CHINA	EUA***	EUROPA ORIENTAL	UNIÃO EUROPÉIA	MERCOSUL	ORIENTE MÉDIO	OUTROS	TOTAL
2000	1,95%	2,05%	20,61%	1,66%	28,79%	3,54%	30,75%	2,27%	3,31%	5,09%	100%
2001	3,44%	2,06%	20,03%	3,33%	24,79%	8,47%	27,61%	2,54%	3,63%	4,11%	100%
2002	3,65%	2,51%	20,78%	4,93%	24,91%	5,53%	25,37%	1,73%	4,44%	6,15%	100%
2003	3,72%	2,22%	20,60%	9,86%	21,40%	6,30%	22,88%	1,85%	5,47%	5,68%	100%
2004	4,42%	2,98%	19,73%	9,19%	27,20%	3,93%	20,88%	2,45%	3,90%	5,31%	100%
2005	5,61%	3,58%	20,62%	6,30%	26,76%	4,85%	19,71%	2,21%	3,92%	6,45%	100%
2006	6,56%	4,16%	16,97%	6,53%	21,64%	6,63%	22,73%	2,34%	5,18%	7,27%	100%
2007	4,94%	3,73%	18,54%	8,89%	19,61%	4,92%	26,84%	2,28%	3,86%	6,40%	100%
2008	4,94%	3,66%	21,32%	9,55%	18,21%	4,53%	25,25%	2,37%	4,59%	5,57%	100%
2009	7,18%	3,36%	26,85%	15,91%	10,17%	4,31%	18,73%	1,45%	5,57%	6,47%	100%

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Como demonstrado na tabela 15, o panorama dos destinos das exportações dos produtos manufaturados é extremamente diferente do observado nas exportações dos produtos básicos e semimanufaturados. Dessa forma, verifica-se nas exportações dos produtos manufaturados uma maior diversificação

geográfica, em que em 2009 nenhum destino chega a representar sozinho mais de 23% das exportações totais, ainda nesse cenário observou-se um aumento na participação de todos os destinos em detrimento apenas da redução da participação relativa de 53% dos Estados Unidos, que passou de 29,86% em 2000 para 14,05% em 2009.

Tabela 14 - Participação das exportações totais de produtos manufaturados por país, região e bloco econômico.

	ÁFRICA	ALADI*	ASIA**	CHINA	EUA***	EUROPA ORIENTAL	UNIÃO EUROPEIA	MERCOSUL	ORIENTE MÉDIO	OUTROS	TOTAL
2000	2,84%	14,34%	4,24%	0,63%	29,86%	0,31%	18,93%	21,72%	1,13%	6,01%	100,00%
2001	4,06%	15,89%	3,30%	1,41%	33,91%	0,33%	16,06%	17,31%	1,77%	5,96%	100,00%
2002	4,87%	17,73%	5,37%	1,57%	35,61%	0,44%	16,90%	8,68%	2,38%	6,46%	100,00%
2003	4,82%	15,97%	4,36%	2,95%	32,95%	0,62%	17,03%	12,76%	2,09%	6,45%	100,00%
2004	4,95%	17,43%	4,30%	1,82%	28,20%	0,66%	18,78%	15,31%	2,22%	6,32%	100,00%
2005	5,80%	18,02%	4,99%	1,75%	24,92%	0,79%	16,60%	16,53%	2,51%	8,09%	100,00%
2006	6,27%	19,16%	4,12%	1,17%	22,51%	0,73%	17,24%	17,10%	3,20%	8,50%	100,00%
2007	7,04%	18,39%	3,91%	1,03%	19,13%	0,81%	19,44%	19,20%	2,73%	8,33%	100,00%
2008	7,09%	17,69%	4,57%	1,18%	17,61%	1,02%	19,03%	21,58%	2,38%	7,85%	100,00%
2009	7,44%	16,42%	5,84%	2,11%	14,05%	0,50%	20,31%	22,10%	2,98%	8,25%	100,00%

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Enquanto a UE, MERCOSUL e ALADI que juntos representam destino de quase 60% das exportações de manufaturados apresentaram altas de 7,3%, 1,75% e 15% em sua representatividade os aumentos mais expressivos foram dos países com menores representatividades. A África exibiu um aumento de 162% em sua participação relativa, passando de 2,84% para 7,44%, já o Oriente Médio apresentou uma elevação de 164% em sua participação relativa que passou de 1,13% em 2000 para 2,98% em 2009. Já a China, apesar de ainda ter uma representatividade pequena como país importador de manufaturados brasileiros, de 2,11%, sua elevação foi de 235%, uma vez que era de 0,63% em 2000.

Dessa maneira, verifica-se um cenário completamente distinto dos produtos manufaturados em relação aos semi e básicos, no que concerne aos destinos das exportações. No caso das exportações de manufaturados, apesar dos mercados não-tradicionais terem apresentado maiores taxas de crescimento, os mercados tradicionais, ALADI, Estados Unidos, UE e MERCOSUL ainda são os maiores consumidores dos produtos manufaturados brasileiros.

Outra análise relevante acerca dos parceiros comerciais brasileiros consiste na verificação dos saldos comerciais, ou seja, a diferença entre o valor total exportado e valor total importado de cada parceiro comercial, a fim de analisar os impactos das relações comerciais de cada parceiro no saldo global da balança comercial.

Através dos dados disponibilizados pelo MDIC e organizados na tabela 16, observa-se a importância, nos últimos anos, do comércio regional, com os parceiros latino-americanos na geração dos superávits comerciais, assim como o comércio com a UE, Oriente Médio e Estados Unidos.

Nos últimos cinco anos analisados, os parceiros comerciais mais relevantes para obtenção de superávits comerciais foram a ALADI, MERCOSUL, União Européia, Oriente Médio e Estados Unidos, este último com exceção no ano de 2009, o que pode ser explicado como consequência direta da crise.

Não coincidentemente esses parceiros são os principais destinos das exportações brasileiras de manufaturados. “A América – latina, principal destino de nossas exportações, também se apresenta como a mais importante fonte de superávit comercial nas manufaturas.” (NAKAHODO; JANK, 2006)

Tabela 15 - Saldo comercial brasileiro por país, região e bloco econômico.

	ÁFRICA	ALADI*	ASIA**	CHINA	EUA***	EUROPA ORIENTAL	UNIÃO EUROPEIA	MERCOSUL	ORIENTE MÉDIO	OUTROS	TOTAL
2000	-1.559.984.493	1.262.860.956	-2.273.292.689	-136.796.720	337.952.062	-251.450.644	810.551.782	-56.609.344	-227.943.848	1.362.969.665	-731.743.273
2001	-1.341.918.456	2.248.958.241	-1.971.773.956	573.732.892	1.347.403.673	577.361.455	41.840.671	-635.219.014	558.826.318	1.285.622.781	2.684.834.605
2002	-312.272.167	1.665.587.117	802.214.593	966.985.031	5.118.903.413	772.240.695	2.113.075.033	-2.293.044.947	900.860.433	3.461.449.635	13.195.998.836
2003	-429.171.024	4.748.592.869	2.762.424.200	2.385.562.162	7.206.471.064	874.399.962	5.762.951.164	-919.243	1.181.210.503	386.133.788	24.877.655.445
2004	-1.935.773.511	9.739.494.526	2.297.168.353	1.730.928.559	8.872.150.059	760.675.855	8.685.556.491	2.544.409.016	1.373.795.696	-226.521.907	33.841.883.137
2005	-675.311.072	13.881.500.274	1.695.862.939	1.480.477.619	9.956.462.595	2.275.133.433	8.803.896.083	4.692.312.142	1.778.867.348	1.039.607.866	44.928.809.227
2006	-654.931.755	15.213.556.910	-2.071.798.599	411.920.393	9.956.296.895	2.458.096.343	10.842.435.108	5.018.441.634	2.584.196.507	2.698.415.290	46.456.628.726
2007	-2.768.503.231	15.863.105.332	-5.636.885.777	-1.872.459.555	6.425.438.448	1.542.583.566	13.694.114.650	5.728.824.133	3.194.022.329	3.861.386.685	40.031.626.580
2008	-5.591.557.002	15.813.671.296	-9.559.762.323	-3.521.808.432	1.837.292.344	241.632.159	10.216.589.727	6.803.196.310	1.824.226.252	6.894.194.964	24.957.675.295
2009	226.798.220	7.952.794.039	4.097.937.162	5.092.725.091	-4.446.632.482	1.277.497.207	4.813.445.349	2.721.529.592	4.409.640.549	-870.354.710	25.275.380.017

Fonte: SECEX/MDIC (2010)

Elaboração própria

Tal constatação valida a teoria de que para a manutenção dos mega-saldos da balança comercial, a economia brasileira deve se concentrar na expansão da base exportadora de produtos de maior valor agregado e maior dinamismo internacional. “(...) sem avanços persistentes de competitividade nesses setores dinâmicos que permitam diversificar nossas exportações em direção q produtos mais

diferenciados e mais intensivos em tecnologia, será muito difícil ocupar espaços novos relevantes nos mercados dos consumidores mundiais”. (COUTINHO *et al*, 2003 apud DIEGUES, 2005)

Tanto a África, Ásia e a China, apesar de terem apresentado um superávit comercial em 2009, devido à singularidade econômica desse ano, para essa análise serão considerados os resultados até 2008, em decorrência da trajetória de déficits comerciais anterior a 2009.

Nesse caso, esses três parceiros, que juntos são importadores de cerca de 35% dos produtos básicos e 50% dos produtos semimanufaturados exportados pelo Brasil, apresentaram em 2007 e 2008 consideráveis superávits comerciais para Brasil.

Por fim, após a extensa avaliação dos dados nesta seção é possível concluir que houve uma pulverização dos destinos das exportações brasileiras. Essa mudança na participação relativa dos parceiros comerciais no total das exportações brasileiras se deu em função do aumento das exportações destinadas a parceiros não-tradicionais, como Ásia, África, China, Oriente Médio e Europa Oriental em detrimento da diminuição das exportações para parceiros historicamente tradicionais, ALADI, MERCOSUL, UE e Estados Unidos. “O espelho da queda de participação dos mercados tradicionais foi o aumento generalizado e bem distribuído da parcela referente às demais regiões e blocos do planeta. A continuada ascensão da China na pauta exportadora do Brasil é fenômeno conhecido”. (MARKWALD; RIBEIRO, 2005)

Além dessa descentralização para os mercados não-tradicionais, o crescimento da participação da economia chinesa como destino das exportações brasileiras foi excepcional em todas as categorias de uso, tornando-se assim um dos principais importadores dos produtos brasileiros.

Em suma, através da desagregação das exportações brasileiras por fator agregado, o que se observou foi uma intensa mudança nas estruturas das exportações de produtos básicos e semimanufaturados. Sendo ambas as categorias estreitamente relacionadas à dotação de recursos naturais e *commodities*, suas exportações para os mercados não tradicionais, asiáticos e africanos, apresentaram grande aumento em contraposição da queda na participação da UE, Estados Unidos e MERCOSUL.

Na análise das exportações de manufaturados, se identificou um cenário diferente, em que mesmo com um aumento na participação dos mercados não-tradicionais, ainda são os mercados tradicionais, UE, ALADI, MERCOSUL e Estados Unidos, os principais destinos das manufaturas brasileiras.

A dinâmica das exportações brasileiras nos últimos anos reforça o papel do Brasil como “*global trader*” na área de *commodities*, porém apenas “*regional trader*” de produtos diferenciados, sendo que as exportações dos produtos de maior intensidade tecnológica concentram-se fortemente no Hemisfério Ocidental. A maior parte das *commodities* são embarcadas para países desenvolvidos e, de forma crescente, para os mercados emergentes, como China e Rússia. (NAKAHODO; JANK, 2006)

Segundo Diegues (2005), essa diversificação geográfica na pauta de exportações brasileiras, apesar de ter conferido ao Brasil certo grau de proteção contra choques externos regionais, intensificou a concentração da pauta sob a ótica dos produtos, uma vez que os parceiros comerciais cujas participações relativas mais aumentaram, são justamente as economias que mais demandam *commodities* e bens de baixo valor agregado intensivos em recursos naturais.

Uma vez que as exportações brasileiras para os países asiáticos e principalmente para a China concentram-se substancialmente em *commodities* primárias, tal diversificação geográfica reforçou o padrão de especialização do comércio exterior brasileiro e contribuiu para que essa categoria de produtos continuasse a se destacar (...). (DIEGUES, 2005)

Todavia, apesar do expressivo aumento das exportações de *commodities* primárias para as economias asiáticas, a análise dos saldos comerciais por parceiros, demonstra a ainda clara relevância dos mercados tradicionais na geração do superávit comercial global, uma vez que durante os últimos anos do período analisado, com exceção de 2009, foram as economias tradicionais, importadoras da maior parte dos manufaturados brasileiros, as geradoras de maiores superávits comerciais.

Dessa maneira, assim como a discussão sobre a pauta de exportação sob a ótica dos produtos, a pauta sob a ótica dos mercados também suscita algumas discussões. Não é possível chegar a uma conclusão não arbitraria sobre a pulverização dos destinos das exportações brasileiras durante os dez anos analisado.

Da mesma maneira que essa descentralização dos destinos das exportações brasileiras tornou o país menos vulnerável a crises externas, fato considerado benéfico para a economia brasileira, tal descentralização também intensificou o processo de centralização da pauta sob a ótica dos produtos. Assim, encontra-se um

paradoxo acerca dos benefícios e prejuízos da recente diversificação dos parceiros comerciais para a economia.

Segundo Diegues (2005), a sustentabilidade do crescimento das exportações e dos saldos superavitários em função do aumento das exportações de *commodities* primárias é dúbia e incerta e a manutenção desse crescimento depende em grande parte da concentração de esforços para o incentivo da indústria exportadora de bem mais intensivos em tecnologia.

Em suma, o país consolida-se como exportador cada vez mais eficiente de bens primários e industriais intensivos em recursos naturais, mas corre o risco de perder participação nos mercados de bens intensivos em mão-de-obra e capital, principalmente frente aos países emergentes do Leste da Ásia. Dentre as múltiplas opções de integração comercial existentes, a concentração das exportações brasileiras de produtos manufaturados nas Américas no Norte, Central e do Sul indica claramente que esta região deveria liderar o ranking de prioridades da política comercial brasileira. (NAKAHODO; JANK, 2006)

Dessa forma, após a verificação de uma relação direta entre os destinos das exportações e a especialização em bens primários, os esforços políticos, de diretrizes econômicas, deveriam também contemplar estratégias de acordos e fomentação comercial entre os parceiros tradicionais a fim de incrementar a pauta exportadora com produtos mais dinâmicos.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através do estudo dos dados sobre o comércio exterior brasileiro de 2000 a 2009 foi possível o reconhecimento de alguns resultados relevantes.

Primeiramente, por meio da verificação dos dados globais da balança comercial brasileira a confirmação da significativa evolução das exportações. De 2000 a 2009 as exportações totais apresentaram um crescimento de 178%, devido ao aumento de ambos os *quantum* e preços, entretanto de 2000 a 2005 o impacto do aumento do índice de *quantum* foi mais relevante nesse crescimento das exportações, cenário que mudou a partir de 2006, com o *boom* dos preços internacionais das *commodities*, que tornou o índice de preços o fator de maior impacto no crescimento das exportações.

Essa vulnerabilidade das exportações brasileiras em relação aos preços internacionais das *commodities* deve-se a outra conclusão obtida na análise dos dados na segunda seção deste trabalho, de que a pauta exportadora concentra-se fortemente em produtos primários e semimanufaturados intensivos em recursos naturais. Além disso, verificou-se uma forte relação entre o aumento das exportações brasileiras e o ritmo do comércio mundial.

Grande parte dessa evolução das vendas internacionais brasileiras deu-se pelo aumento da demanda internacional por produtos primários e semimanufaturados, devido principalmente pela maior inserção internacional da economia chinesa no comércio mundial, fato conhecido como efeito-China e da depreciação do dólar, que como sendo a moeda das transações comerciais internacionais, sua depreciação configura outro fator de pressão na cotação internacional dos preços das *commodities*.

Esse significativo aumento das exportações brasileiras gerou alguns *spill-overs*, tais quais os aumentos do grau de abertura comercial e da participação do Brasil nas exportações totais mundiais.

Na análise tradicional do grau de abertura, através do cálculo da razão entre a corrente de comércio e o valor do PIB, ambos em dólares, não houve grandes mudanças de 2000 a 2009, mantendo-se no nível dos 17%. Todavia, durante o período, o PIB também exibiu um vertiginoso crescimento e o real uma trajetória depreciativa nos últimos anos analisados. Esses dois fatores geram certo desvio no

cálculo do grau de abertura, uma vez que inflam o denominador e conseqüentemente diminuem o resultado do grau de abertura.

Dessa forma foi feita uma análise alternativa, a fim de evitar distorções em detrimento dos movimentos da taxa de câmbio. Nessa outra análise fez-se uma comparação entre o crescimento, em dólares, das exportações e do PIB, em que foi observada uma elevação das exportações a taxas superiores que a do PIB, o que permitiu a identificação de uma abertura comercial superior à demonstrada pelo cálculo tradicional.

Outro fator que reforçou essa hipótese foi à evolução da participação brasileira no comércio mundial, de 2000 a 2009 o Brasil passou de 28º maior país exportador para 22º e sua participação relativa no comércio mundial total passou de 0,85% em 2000 para 1,23% em 2008.

Ao decompor as exportações totais por fator agregado observou-se uma significativa mudança na estrutura da pauta exportadora. A partir de 2005, devido principalmente a expressiva elevação dos preços internacionais das *commodities*, houve um expressivo aumento da participação relativa nas exportações totais de produtos básicos, de 2000 a 2009, a participação desses bens passou de 22,8% para 40,5%, um aumento de 78%.

Ainda na categoria dos produtos básicos foi identificada uma concentração nos cinco principais produtos exportados, que em 2009 representaram mais de 71% de toda a categoria.

Em contraposição houve uma diminuição na participação relativa dos produtos manufaturados, que passou de 59% para 44%. Ao contrário dos produtos básicos, houve uma descentralização na pauta de manufaturados, uma vez que o peso dos dez principais produtos da categoria passou de 42% em 2000 para 33% em 2009, redução de 21,5%.

Os produtos semimanufaturados, também apresentaram redução na sua participação relativa que passou de 15,4% para 13,4%, queda de 13%. Além disso, em 2009 os cinco principais produtos representam 65% de toda a categoria e o principal produto, pastas químicas de madeira, 27%, o que evidencia uma pauta fortemente concentrada.

Deste modo, identificou-se uma clara modificação na estrutura da pauta exportadora brasileira, com uma trajetória ascendente da participação dos produtos básicos em detrimento das demais categorias, além de uma grande concentração na

participação relativa dos principais produtos exportados, com exceção dos manufaturados.

Por meio de uma análise alternativa da pauta de exportação, pela classificação da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) por intensidade tecnológica, confirmaram-se as conclusões obtidas pela análise tradicional por fator agregado. A pauta exportadora decomposta por intensidade tecnológica exibiu uma grande elevação na participação relativa dos produtos não industriais e uma participação relativa superior dos produtos de baixa intensidade tecnológica as demais categorias, de alta, média alta e média-baixa tecnologia.

Além disso, na análise do saldo comercial por intensidade tecnológica identificou-se que de 2000 a 2008, foram os superávits nas vendas de produtos básicos, de baixa-intensidade e média-baixa intensidade tecnológica que financiaram os déficits na comercialização de produtos de alta e média-alta tecnologia e permitiram o alcance dos saldos globais superavitários no período.

No que diz respeito aos parceiros comerciais, o que se identificou foi um comportamento contrário, de descentralização dos destinos das vendas brasileiras internacionais.

De 2000 a 2009, ocorreu um aumento da participação relativa das exportações para os mercados considerados não tradicionais, sendo eles Ásia, China, África e Oriente Médio em detrimento da diminuição da participação das exportações com destino aos mercados tradicionais, Estados Unidos, União Européia, ALADI e MERCOSUL.

A mudança mais expressiva foi no aumento das exportações para a China, cuja participação relativa como destino aumentou 596%, passando de 2% em 2000 para 14% em 2009. A participação relativa das exportações para África, Ásia e Oriente Médio aumentaram 132%, 32% e 104% respectivamente. Em contraposição as participações dos mercados tradicionais diminuíram os Estados Unidos, UE, ALADI e MERCOSUL apresentaram quedas respectivas de 57%, 20%, 2% e 26%. Todavia, o comércio com os mercados tradicionais permanece fundamental para o Brasil.

Os mercados da Ásia, África, Oriente Médio e China são grandes compradores dos produtos básicos e semimanufaturados brasileiros, assim como os Estados Unidos e Europa. Entretanto, tanto os Estados Unidos e a UE assim como a

ALADI e o MERCOSUL, são importantes destinos dos produtos manufaturados brasileiros também.

Assim sendo, na análise do saldo comercial brasileiro com seus parceiros, observa-se a relevância de uma pauta exportadora de produtos com maior valor agregado, uma vez que o resultado da balança comercial com a Ásia, África e China, países que apresentaram elevações em suas participações como destinos das exportações brasileiras e importam em grande maioria produtos básicos e semimanufaturados foram deficitários de 2006 a 2008.

Por outro lado os superávits comerciais mais significativos entre os parceiros comerciais brasileiros são justamente gerados pelos mercados tradicionais, que mesmo importando os produtos básicos e semimanufaturados, também são destino de grande parte das exportações de manufaturas brasileiras.

Sendo assim, apesar da pulverização das exportações brasileiras entre os parceiros comerciais ser benéfica ao conferir a estrutura exportadora brasileira mais segurança e estabilidade contra choques externos regionais, também tem um impacto negativo no que diz respeito ao fato de que intensificou o processo de centralização da pauta exportadora, uma vez que os mercados que apresentaram elevação em sua participação relativa nas exportações totais brasileiras são justamente os mercados que tem uma alta demanda por bens primários e semimanufaturados intensivos em recursos naturais.

Por fim, reconhece-se que apesar do crescimento das exportações brasileiras ter propiciado grandes benefícios econômicos, para que haja sustentabilidade nesse crescimento são necessárias políticas de fomentação a base exportadora industrial, que nos últimos anos perdeu espaço devido a grande rentabilidade dos investimentos no agronegócio e extrativismo mineral, uma vez que o Brasil ainda depende fortemente de conjunturas externas favoráveis.

Apesar de o Brasil ter um papel relevante no comércio internacional, ainda há muito espaço para melhoras, principalmente no âmbito da pauta exportadora. Uma vez que o país precisa se inserir mais fortemente do mercado internacional de produtos de maior valor agregado e intensidade tecnológica, esses bens mais dinâmicos e menos suscetíveis aos preços internacionais.

Em outras palavras, o Brasil apresentou forte elevação das exportações no período analisado e para manter esse acelerado ritmo de crescimento das exportações precisa desenvolvê-la, tornar-se um país mais maduro frente ao

comércio internacional ao contrário de adotar uma postura de país especializado em bens primários.

CONCLUSÃO

O progresso do comércio internacional brasileiro, em especial das exportações, foco da discussão deste trabalho, é indiscutível, assim como a sua contribuição para o crescimento da economia brasileira observado nos últimos anos. Entretanto, no presente estudo, foi possível a identificação de alguns pontos relevantes acerca desse expressivo aumento das exportações brasileiras.

Um desses pontos diz respeito à sustentabilidade das elevadas taxas de crescimento das exportações. Uma vez que estão fortemente concentradas em produtos básicos e semimanufaturados, intensivos em recursos naturais. Esses bens são os mais voláteis quanto aos preços internacionais, a manutenção da constante elevação de suas exportações é preocupante devido ao fato de depender, em grande parte, de conjunturas externas favoráveis.

Além disso, a diversificação geográfica das exportações brasileiras, apesar de ter sido benéfica para o comércio exterior brasileiro, ao deixar o país menos suscetível a choques externos regionais, intensificou especialização das exportações em bens de baixo valor agregado. Dessa maneira, conclui-se que, apesar do Brasil ter melhorado alguns aspectos do seu comércio internacional, ainda depende de boa conjuntura externa, e a sustentabilidade das elevadas taxas de crescimento das exportações está inexoravelmente relacionada com a manutenção da alta demanda internacional por produtos básicos e semimanufaturados intensivos em recursos naturais, e da elevação dos preços internacionais das *commodities*.

Outro ponto relevante consiste nos impactos diretos do crescimento das exportações na economia. No estudo constatou-se um claro processo de inversão na pauta de exportações, com uma diminuição das exportações de manufaturados e aumento das exportações de produtos básicos. Devido à alta rentabilidade e vantagem comparativa brasileira na produção de produtos básicos, a produção industrial para exportação esta tendo seu papel reduzido. Além de ser um fator preocupante para a sustentabilidade das exportações, essa situação ainda gera externalidades negativas na economia, devido ao desestímulo do setor industrial.

Por fim, conclui-se que para a manutenção das taxas de crescimento das exportações e evolução da inserção do Brasil no comércio mundial, são necessárias mudanças no setor exportador. Essas consistem, principalmente no progresso da pauta exportadora, no que diz respeito à comercialização de bens mais dinâmicos e

de maior valor agregado, ao contrário da intensificação na produção e exportação de produtos básicos.

REFERÊNCIAS:

ANGELI, E. ; FALEIROS, J. P. M. **Avaliando a hipótese de crescimento baseado nas exportações por meio do VAR em dados de painel.** In: XIII ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 2010. Porto Alegre, RS.

AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S. **Abertura Comercial Brasileira e Instabilidade da Demanda de Importações.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, RS, 1998. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/19_97_05.pdf. Acesso em: 20 agosto 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação.** Rio de Janeiro, mar.2009. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2009/03/ri20_0903P.pdf. Acesso em: 15 out.2010.

BIELSCHOWSY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL.** Local de publicação: Record, 2000. cap. 1, p. 16-45. 1v.

BORÇA JÚNIOR, G. R.; NASCIMENTO, M. M. Queda de preços das *commodities*: o Brasil tem o que temer? **Visão de Desenvolvimento.** BNDES, Rio de Janeiro, n 54, setembro 2008.

CARVALHO, M. A. Exportações agrícolas e desindustrialização: uma contribuição ao debate. In: XLIV Congresso do SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais eletrônicos.** São Paulo: IEA, 2006. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/219.pdf>. Acesso em: 10 out 2010.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL: Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 03 Agosto 2010.

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade.** Economia e Sociedade. Campinas, v. 16, n. 29, p. 45-64, 2007.

DIAS, R. P.; PINHEIRO, B. R. **Análise da pauta de exportações brasileiras com base nos critérios da UNCTAD para os anos de 1989-1996-2006: Como tem sido a inserção brasileira no comércio internacional?** Disponível em: [http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Textos para discussao](http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Textos_para_discussao). Acesso em: 15 out. 2010.

DIEGUES, A. C. **As causas do boom das exportações brasileiras no período entre 2002 e 2005: transformações estruturais ou influência do ciclo internacional de crescimento?** 2005. Disponível em: <http://antoniocarlosdiegues.files.wordpress.com/2009/04/o-boom-das-exportaco-es-brasileiras-2002-a-2005.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

FALEIROS, J. P. M. **Modelo “export-led growth”: evidências empíricas em uma perspectiva não linear.** 2008. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. Processo de substituição de importações. In: **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo, SP: Editora Atlas, 1999. cap. 14, p. 357-383.

HERNÁNDEZ, I. P. A Lei de Thirlwall: teoria, crítica e evidência empírica. 2003. In: THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações.** Brasília, DF: IPEA, 2005. Anexo.

HERZER, D.; NOWAK-LEHMAN, F.; SILIVERSTOV, B. *Export-led growth in Chile: Assessing the role of export composition in productivity growth.* **The Developing Economies.** Japão, v. 44, n. 3, p. 306-328, 2006.

HOLLAND, M.; XAVIER, C.L. Dinâmica e competitividade setorial das exportações brasileiras: uma análise de painel para o período recente. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 14, n. 1, p. 85 – 108 jan/jun 2005.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Indicadores Ipea.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 01 set. de 2010.

KENEN, P. **Economia Internacional: teoria e política.** Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1998.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política.** São Paulo, SP: Addison Wesley Bra, 2005.

LEAMER, E. E. ; LEVINSOHN, J. In: GROSSMAN, G. M.; ROGOFF, K. **Handbook of international economics.** Holanda: Elsevier, 1997, cap. 1339-1390, p. 16-45. 3 v.

MARÇAL, E. F.; HOLLAND, M. **Taxa de câmbio, rentabilidade e *quantum* exportado. Existe alguma relação afinal? Evidências para o Brasil.** São Paulo, FGV, maio 2010, textos para discussão.

_____. **Taxa de câmbio, rentabilidade e *quantum* exportado. Existe alguma relação afinal? Evidências para o Brasil.** São Paulo, FGV, maio 2010, textos para discussão.

MARKWALD, R.; RIBEIRO, F. **Análise das exportações brasileiras sob a ótica das empresas, dos produtos e do mercado.** Disponível em: <http://www.funcex.com.br/material/rbce/85-RMFR.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

MARKWALD, R. **Intensidade tecnológica e dinamismo das exportações brasileiras.** 2005. Disponível em: http://www.abracomex.org/info_abracomex/19-05-05/html/dinamismo_exportacoes.pdf. Acesso em: 15 out. 2010.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Outras estatísticas de Comércio Exterior.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>. Acesso em 10 out. 2010.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. A nova dinâmica das exportações brasileiras: preços, quantidade e destinos. *Revista de Economia e Relações Internacionais*. São Paulo, FAAP, vol. 9, n. 5, jul 2006. Disponível em: http://www.granos.agr.br/stored/1202822020_43432.pdf. Acesso em: 01 out. 2010.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72 – 96 jan/mar 2008.

NEGRI, F. D. **Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras.** Disponível em: <http://www.inovacao.unicamp.br/report/comext-projetoABC.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

PACHECO-LÓPEZ, P.; THIRLWALL, A. P. ***Trade liberalization, the balance of payments and growth in Latin America.*** Universidade de Kent.

PRATES, D. M. **A Alta Recente dos Preços das *Commodities*.** *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), pp. 323-344, julho-setembro/2007. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/107-1.pdf>. Acesso em: 21 setembro 2010.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Local de publicação: Editora, 1963, cap. X, p. 85-97.

PUGA, F. P. A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais. **Visão de Desenvolvimento**. BNDES, Rio de Janeiro, n 36, setembro 2007.

_____. A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais. **Visão de Desenvolvimento**. BNDES, Rio de Janeiro, n 36, setembro 2007.

_____. Balança comercial brasileira: muito além das *commodities*. **Visão de Desenvolvimento**. BNDES, Rio de Janeiro, n 54, setembro 2008.

_____. Balança comercial brasileira: muito além das *commodities*. **Visão de Desenvolvimento**. BNDES, Rio de Janeiro, n 54, setembro 2008.

_____. Porque crescem as exportações brasileiras? **Visão de Desenvolvimento**. BNDES, Rio de Janeiro, n 1, junho 2006.

_____. Porque crescem as exportações brasileiras? **Visão de Desenvolvimento**. BNDES, Rio de Janeiro, n 1, junho 2006.

SALVATORE, D. **Introdução a Economia Internacional**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2007.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Record, 2000. Cap. 4, p. 219-337. 1 v.

THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações**. Brasília, DF: IPEA, 2005.

TRADE PROFILES 2009. Suíça: WTO Publications, 2009. Disponível em: http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/trade_profiles09_e.pdf. Acesso em: 05 out 2010.

ZENDRON, P.; CATERMOL, F. O *boom* exportador brasileiro e sua base de exportadores. **Visão de Desenvolvimento**. BNDES, Rio de Janeiro, n 25, junho 2006.